

PLANO DE ATIVIDADES

2018



Ficha técnica

Título:

Plano de Atividades 2018

Edição:

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Data:

Novembro de 2017

Contacto:

Av. da Liberdade, 270, 1250-149 Lisboa

Tel. (351) 21 310 91 00

Página Oficial:

www.instituto-camoes.pt

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA.....	5
I. ENQUADRAMENTO. CONTEXTO FUNCIONAL	6
1.1. MISSÃO E ATRIBUIÇÕES.....	6
1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	6
1.3. ORGANOGRAMA	7
II. OBJETIVOS.....	8
2.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE).....	8
2.2 OBJETIVOS OPERACIONAIS (OP).....	9
2.3 RELAÇÃO ENTRE OE, OP E AS UNIDADES ORGÂNICAS	10
III. RECURSOS	13
3.1 RECURSOS HUMANOS	13
3.2 RECURSOS FINANCEIROS	14
3.3 MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	16
IV. ATIVIDADES PREVISTAS	17
4.1 FORTALECER, SIMPLIFICAR E DIGITALIZAR A ADMINISTRAÇÃO.....	17
4.2 POTENCIAR A COORDENAÇÃO E AS PARCERIAS	18
4.3 REFORÇAR OS MECANISMOS DE PLANEAMENTO E GESTÃO	19
V. ATIVIDADES PREVISTAS POR UNIDADE ORGÂNICA	20
5.1 GABINETE DE AVALIAÇÃO E AUDITORIA (GAA).....	20
5.2 DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA COOPERAÇÃO (DSC)	23
5.3 DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA LÍNGUA E CULTURA (DSLCL)	30
5.4 DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO E GESTÃO (DSPG)	38
5.5 GABINETE DE PROGRAMAS E ACORDOS CULTURAIS (GPAC).....	43
5.6 GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO (GDC).....	46
5.7 GABINETE DO CONSELHO DIRETIVO	48
VI. ANEXOS.....	50
ANEXO 1 - QUAR	51
ANEXO 2 – TRANSFORMAÇÃO DIGITAL CAMÕES	60

NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Atividades do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões, I.P.) para o ano de 2018 foi elaborado de acordo com as linhas de orientação do Governo para a área da política externa, com vista a uma atuação e presença reforçada de Portugal no mundo, particularmente nas áreas (i) da Cooperação para o Desenvolvimento, (ii) da Promoção da Língua e da Cultura Portuguesas e da (iii) Simplificação administrativa e valorização das funções públicas, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 121/2011 de 29 de Dezembro, que definiu a orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como o previsto no Decreto-Lei n.º 21/2012 de 30 de janeiro, que definiu a missão e as atribuições do Camões, I.P..

Nesta conformidade, foram delineados os objetivos estratégicos e operacionais que refletem o propósito da instituição em atingir padrões de desempenho de excelência em sede da qualidade e eficiência dos serviços prestados, apostando na contínua formação dos recursos humanos e na constante otimização dos recursos financeiros disponíveis.

Neste contexto de compromisso com a exigência e determinação na obtenção dos resultados pretendidos, o Plano de Atividades para 2018 representa uma referência no desenvolvimento otimizado de todos os recursos e atividades e traduz o compromisso generalizado de continuar a defender a excelência do serviço público prestado por este Instituto, em cumprimento da sua missão.

O presente Plano de Atividades é um instrumento de gestão, que, sendo flexível, estará sujeito a verificação periódica e revisão, de acordo com eventuais alterações das circunstâncias inicialmente previstas, em conformidade com o quadro legal vigente.



I. ENQUADRAMENTO. CONTEXTO FUNCIONAL

1.1. Missão e atribuições

O Camões, I.P., é um instituto público, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio com a certificação de qualidade ao abrigo da norma ISO 9001:2008, que constitui uma referência internacional para a Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade.

Tendo sido criado pelo Decreto-lei nº 21/2012 de 30 de janeiro, o Camões, I.P. tem por missão propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política. Compete-lhe também propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurando a gestão da rede de ensino português no estrangeiro, a nível básico, secundário e superior, apoiando a colocação de docentes locais através de parcerias com instituições de ensino superior e organizações internacionais, e promovendo a internacionalização da cultura portuguesa.

O Plano de Atividades do Camões, I.P. reflete assim a complementaridade da abrangência temática e geográfica da sua missão tal como resulta da definição que lhe é dada pelo enquadramento legal aplicável, estabelecendo o Decreto-lei 21/2012 que o Camões, I.P. deve “potenciar a capacidade de intervenção no desenvolvimento da política de cooperação internacional e de promoção externa da língua e da cultura portuguesas”.

1.2. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional atualmente em vigor decorre do objetivo inerente à sua criação, i.e., a integração de funções e busca de sinergias entre as áreas de intervenção da instituição e uma otimização de recursos, tendo em vista uma redução das redundâncias e dos custos de funcionamento.

Ao nível da Direção superior, o Camões, I.P. integra um Presidente, um Vice-Presidente e dois Vogais e dispõe, ainda, nos termos do artigo 17º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, de um Fiscal Único, órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do Instituto.

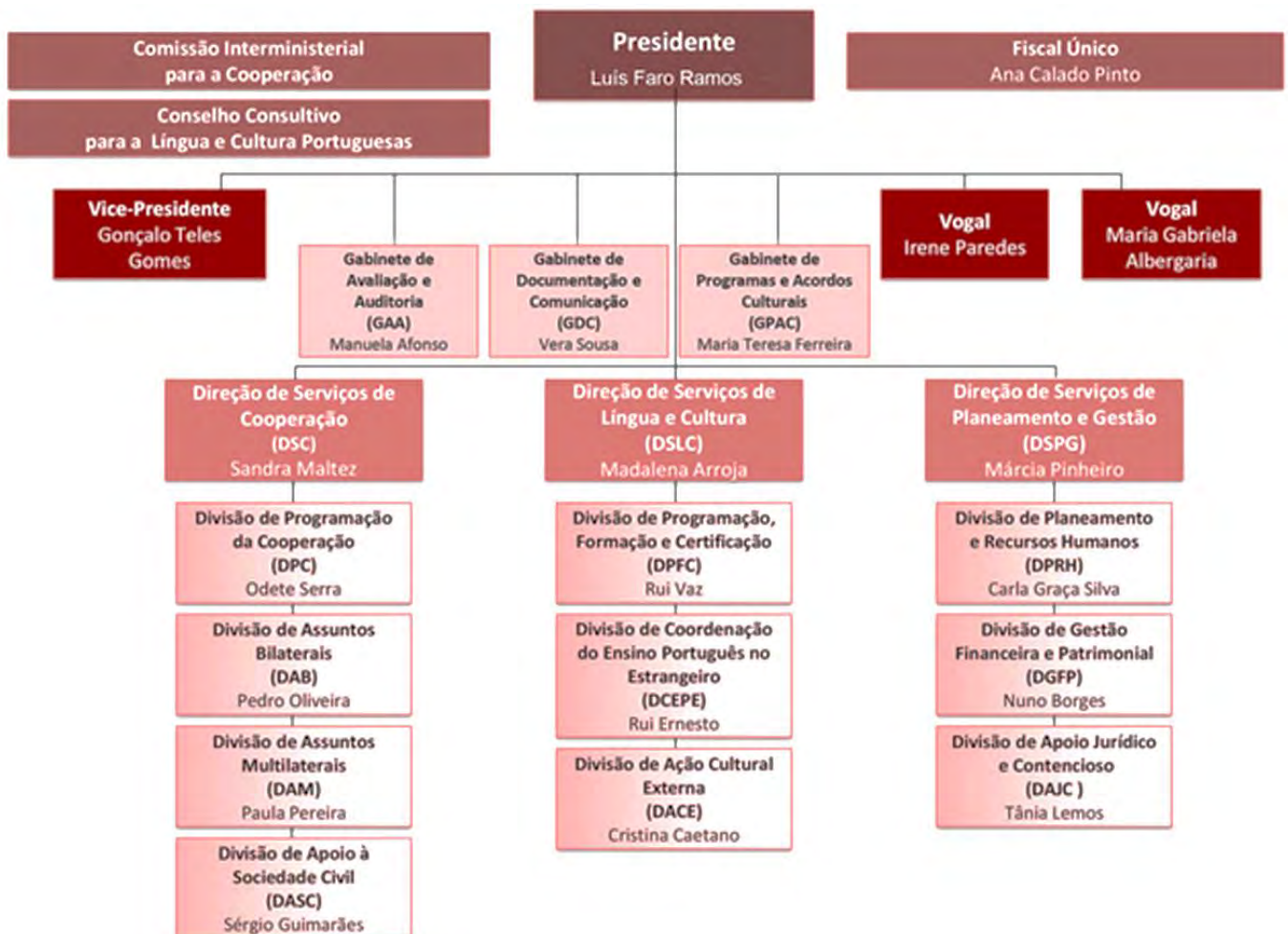
Nos termos do Decreto-Lei n.º21/2012, de 30 de janeiro, os serviços estão organizados em três unidades orgânicas nucleares:

- › Direção de Serviços de Cooperação
- › Direção de Serviços da Língua e Cultura
- › Direção de Serviços de Planeamento e Gestão

As diferentes competências destas unidades nucleares estão atualmente distribuídas por doze unidades orgânicas flexíveis definidas na Deliberação 1201/2012, de 27 de julho, do Conselho Diretivo.

A Portaria 194/2012, de 20 de junho, que aprova os Estatutos do Camões, I.P. prevê ainda a criação de um Gabinete de Avaliação e Auditoria que está subordinado hierárquica e funcionalmente ao Conselho Diretivo.

1.3. Organograma



II. OBJETIVOS

2.1 Objetivos Estratégicos (OE)

Tal como mencionado, os objetivos estratégicos do Camões, I.P. decorrem das determinações do Programa do XXI Governo Constitucional e, em particular, das linhas de orientação para a área da política externa, com vista a uma atuação e presença reforçada de Portugal no mundo. Os dois vetores chave da intervenção do Camões, I.P. aparecem assim associados pela “importância do relacionamento com os países de expressão portuguesa (e) a relevância da língua que nos une”, reforçando a lógica funcional da instituição de “potenciar a capacidade de intervenção no desenvolvimento da política de cooperação internacional e de promoção externa da língua e da cultura portuguesas”.

No que respeita à cooperação, as Grandes Opções do Plano para 2018 determinam, no elenco das principais medidas de política a desenvolver no âmbito das relações multilaterais, a “promoção da agenda das alterações climáticas e da agenda humanitária, assim como da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, através do seu acompanhamento e implementação.”

Destacam, ainda, ser “essencial prosseguir a coordenação entre os diferentes atores comprometidos com a ajuda ao desenvolvimento – públicos e privados, nacionais e multilaterais.” Neste contexto, determina o aprofundamento das “parcerias já estabelecidas com os países de língua portuguesa, com o setor privado, e o apoio às organizações não-governamentais para o desenvolvimento.” e destaca “execução dos programas estratégicos de cooperação com os países africanos de língua portuguesa e Timor Leste, a implementação de projetos de cooperação delegada da UE e a concretização das iniciativas de cooperação triangular, assim como a promoção do alargamento destas iniciativas a novas geografias, como a América Latina e o Norte de África.”

No tocante à Língua e à Cultura portuguesas, as GOP2018 destacam a ação do Governo na prossecução da “consolidação da rede Camões de Ensino Superior” assim como da “expansão do português, básico e secundário, no estrangeiro, quer como língua de herança, quer como língua estrangeira” tendo em vista “ampliar o número de alunos nas escolas portuguesas no estrangeiro”, mantendo-se a estratégia de “aposta no digital, nos processos de certificação e na credenciação do português nos sistemas de acesso ao ensino superior”. Prossegue-se com a “promoção da cultura portuguesa e a sua internacionalização”, designadamente através do plano indicativo anual de Ação Cultural Externa para 2018, assumindo-se a consolidação da aposta “na ação cultural externa e intensificar as ligações entre diplomacia cultural e outros eixos da política externa”. No espaço multilateral e no âmbito específico da língua portuguesa, as GOP2018 reiteram a contribuição de Portugal para a implementação plena da Nova Visão Estratégica

que inclui já orientações que Portugal tem defendido, nomeadamente o “reforço do Instituto Internacional da Língua Portuguesa”, prosseguindo a “construção de uma cidadania lusófona e a participação no quadro da CPLP”.

De forma sintética, e seguindo o definido no Quadro de Avaliação e Responsabilidade (QUAR) do Camões, I.P., para 2018 são Objetivos Estratégicos:

Objetivo Estratégico 1 <ul style="list-style-type: none">• Implementar medidas de modernização administrativa no âmbito do Programa Simplex + 2017
Objetivo Estratégico 2 <ul style="list-style-type: none">• Reforçar a política de planeamento e gestão no quadro da certificação obtida conforme norma ISO 9001
Objetivo Estratégico 3 <ul style="list-style-type: none">• Reforçar a coordenação dos vários atores da Cooperação Portuguesa, de acordo com as prioridades geográficas e temáticas, a diversidade de fontes de financiamento e as modalidades de execução
Objetivo Estratégico 4 <ul style="list-style-type: none">• Fortalecer os mecanismos de gestão centrada nos resultados, nomeadamente na operacionalização dos ODS
Objetivo Estratégico 5 <ul style="list-style-type: none">• Promover a valorização internacional da língua e cultura portuguesas, potenciando a articulação de parcerias que permitam o alargamento a novos públicos

2.2 Objetivos Operacionais (OP)

O cumprimento dos objetivos estratégicos é concretizado anualmente através de objetivos operacionais, nas vertentes de eficácia, eficiência e qualidade. Para os objetivos estratégicos acima identificados, concorrem os seguintes objetivos operacionais:

Objetivos Operacionais de Eficácia (45%)

- Promover e acompanhar os esforços de implementação a nível internacional dos ODS, nomeadamente através da gestão dos PPA centrada nos resultados (OE4)
- Assegurar um reporte abrangente dos fluxos (públicos e privados) de financiamento ao desenvolvimento (OE4)
- Valorizar a parceria privilegiada com os países da Língua Portuguesa consubstanciada nos PEC, reconhecendo a importância da identidade da Língua, Cultura e matrizes jurídico administrativas (OE4)
- Promover a formação de formadores e professores de português e em português Língua Segunda, e de agentes culturais e científicos, enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável (OE4)
- Potenciar o ensino do português como língua de comunicação internacional, de trabalho e ciência (OE5)
- Promover a ação externa nos domínios da cultura e ciência, em articulação com outros organismos.

Objetivos Operacionais de Eficiência (30%)

- Melhorar o desempenho organizacional através do Sistema de Incentivos à Eficiência da Despesa Pública (SIEF) e da Transformação Digital dos Serviços (OE1)
- Robustecer o papel coordenador do Camões, I.P. através do reforço da coordenação, da mobilização de novas parcerias, da diversificação das fontes de financiamento e modalidades de execução (OE3)
- Desenvolver e aplicar sistemas de avaliação e certificação de competências pedagógicas e didáticas para o ensino/aprendizagem de português (OE5)

Objetivos Operacionais de Qualidade (25%)

- Garantir a satisfação dos utilizadores (OE2)
- Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores (OE2)
- Desenvolver um plano de ação para implementação de medidas no âmbito da certificação obtida do Sistema de Gestão da Qualidade, em linha com uma melhoria contínua dos procedimentos, otimizando a eficiência dos recursos internos e externos (OE2).

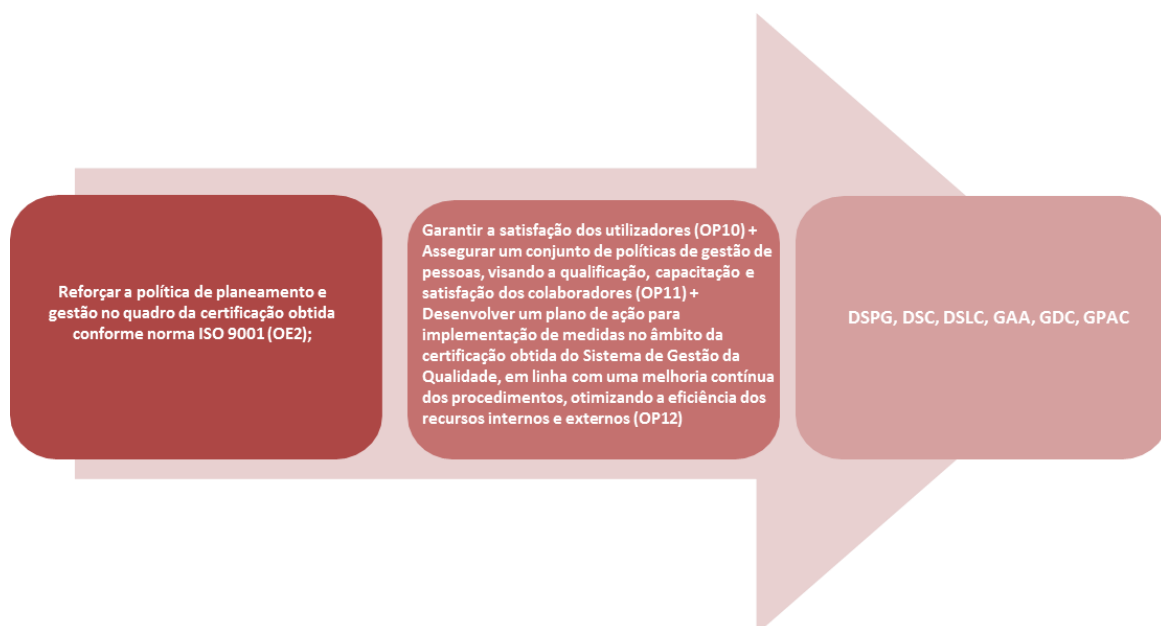
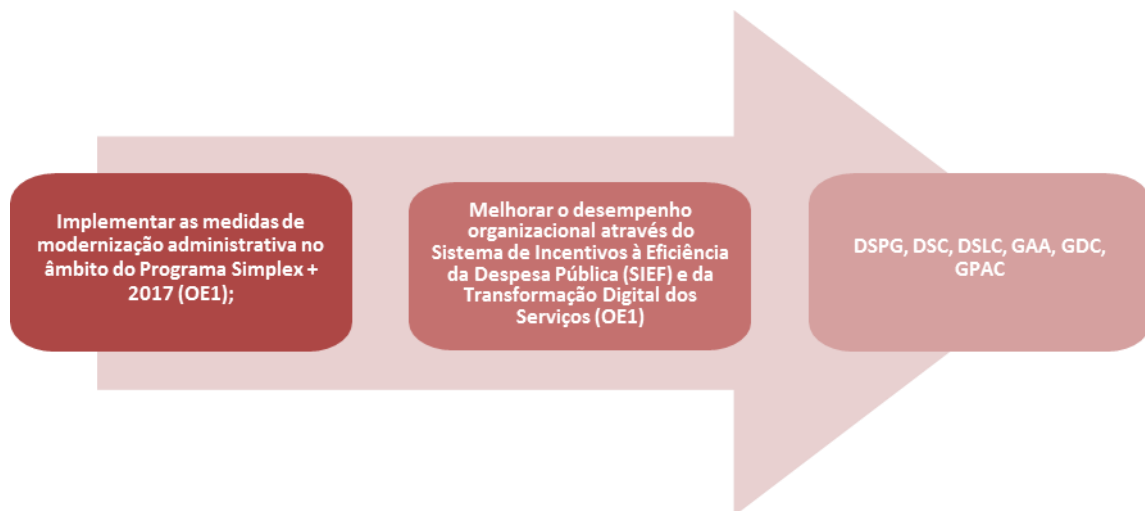
2.3 Relação entre OE, OP e as Unidades Orgânicas

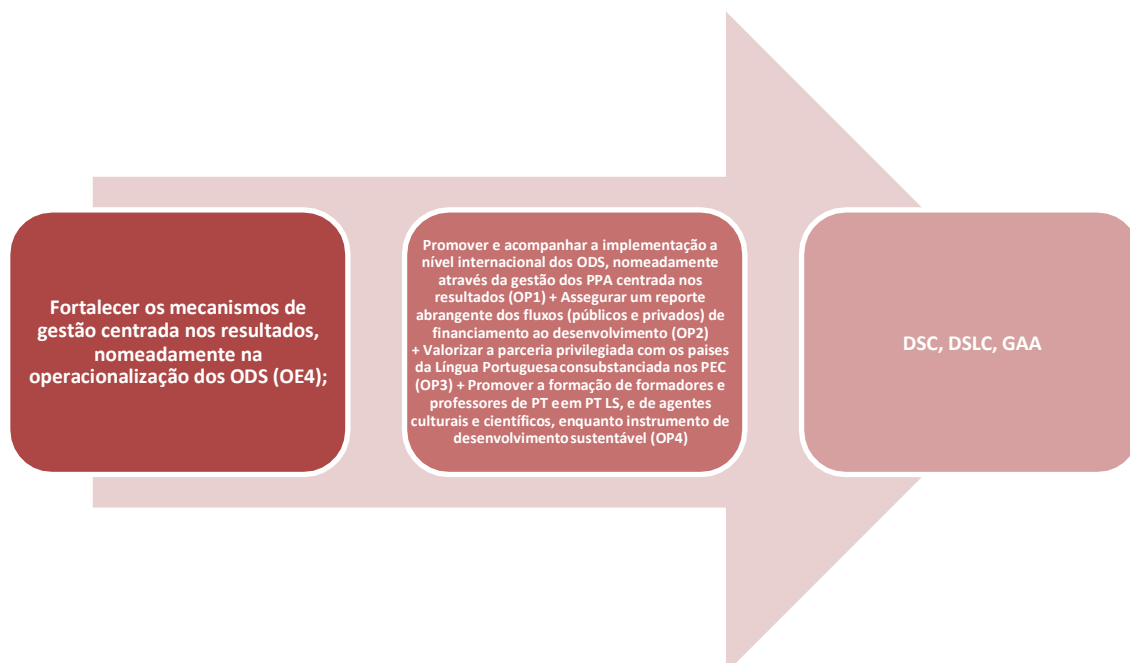
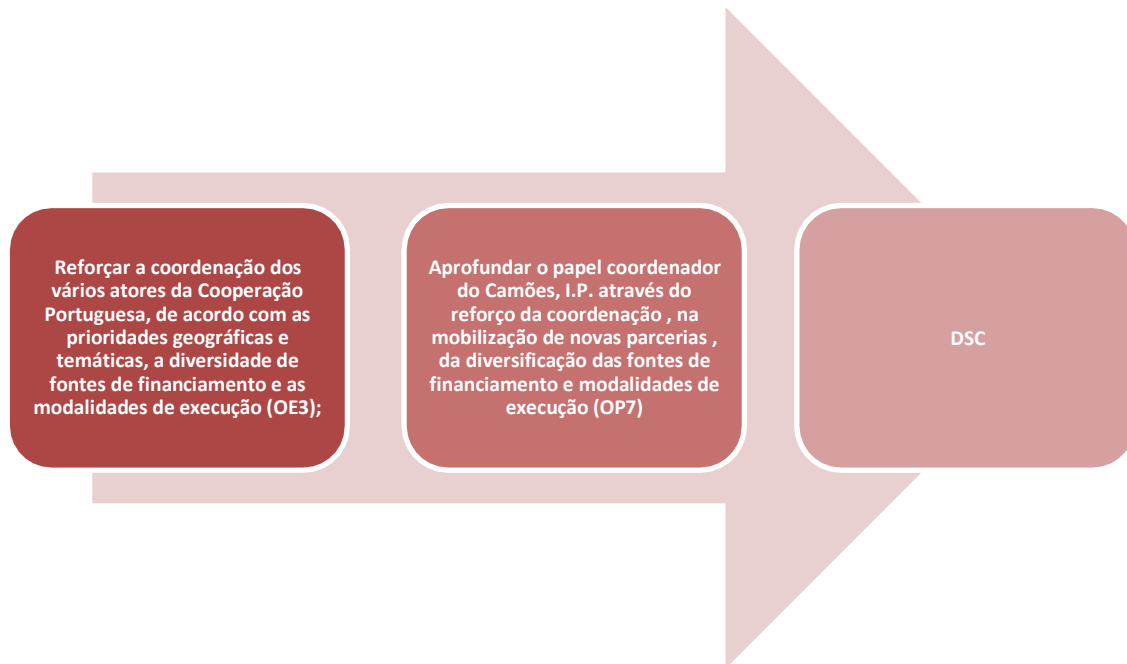
Conforme referido, o Camões, I.P. é constituído por três unidades orgânicas nucleares (Direção de Serviços de Cooperação, Direção de Serviços da Língua e Cultura e Direção de Serviços de Planeamento e Gestão) que têm as suas competências distribuídas por doze unidades orgânicas flexíveis definidas na Deliberação 1201/2012, de 27 de julho, do Conselho Diretivo.

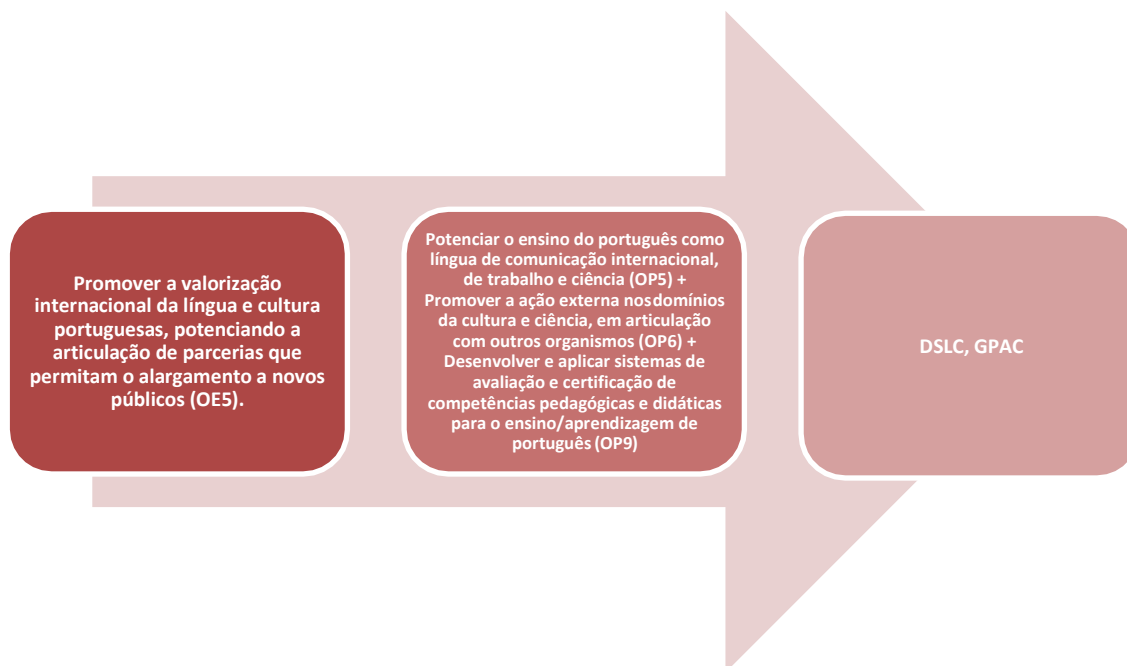
A Portaria 194/2012, de 20 de junho, que aprova os Estatutos do Camões, I.P. prevê ainda a criação de um Gabinete de Avaliação e Auditoria que está subordinado hierárquica e funcionalmente ao Conselho Diretivo e foram criadas igualmente as seguintes unidades orgânicas flexíveis dependentes do Conselho Diretivo:

- › Gabinete de Documentação e Comunicação
- › Gabinete de Programas e Acordos Culturais.

Cada UO é corresponsável, no exercício da sua atividade, pela prossecução dos **objetivos estratégicos e operacionais**, transversais e específicos, de acordo com a seguinte relação:







III. RECURSOS

3.1 Recursos Humanos

Para a concretização das atribuições do Camões, I.P., o mapa de pessoal para 2018 fixa um total de 173 colaboradores (sede) dos quais 98 correspondem a técnicos superiores o que representa uma taxa de tecnicidade superior a 50%.

Designação Cargo/Carreira	2017	2018	Varição
Presidente	1	1	0
Vice-Presidente	1	1	0
Vogal	2	2	0
Diretor de Serviços	3	3	0
Chefe de Divisão	13	13	0
Técnico Superior	98	98	0
Assistente Técnico	45	44	-1
Assistente Operacional	6	6	0
Informática	4	5	1
TOTAL	173	173	0

Fonte: Mapas de Pessoal 2017 e Proposta para 2018

Tendo presente a relevância dos recursos humanos enquanto ativo estratégico mais importante das organizações, em 2018 reforçar-se-á a formação em áreas determinantes para o melhor funcionamento dos serviços, a partir do plano anual de formação, assente nas linhas de orientação do Programa Estratégico de Formação Integrada (PeFi), designadamente na seleção de ações com real valor acrescentado para a melhoria da produtividade dos serviços.

Acresce que o plano anual de formação 2018 terá também de refletir, a partir do contributo ativo de todos os dirigentes, as necessidades de formação específicas decorrentes do acentuado fluxo de mobilidades que se tem vindo a registar o que exige um esforço acrescido na passagem de conhecimento para os novos trabalhadores que chegam ao Instituto.

A rede externa no quadro do Ensino Português no Estrangeiro (EPE) é constituída por um total de 361 docentes, a que se juntam 18 coordenadores e adjuntos:

Designação Cargo/Carreira	2017	2018	Variação
Docentes	361	361	0
Coordenadores e Adjuntos	18	18	0
TOTAL	379	379	0

Fonte: Mapas de Pessoal 2017 e Proposta para 2018

3.2 Recursos Financeiros

Em 2018, o orçamento do Camões, I.P. prevê uma dotação global de 68,2 Milhões de euros.

Numa análise global, comparando a proposta de orçamento inicial 2018 com o orçamento inicial 2017, regista-se um acréscimo na ordem de 5,1 M€ o que representa uma subida na ordem dos 8%. Importará destacar que esta taxa de crescimento se fica a dever ao crescimento previsto via do financiamento comunitário (FF 482) e receitas próprias (FF 510) respetivamente de 65% e 7%.

Fontes Financiamento	2016 executado	2017 Inicial	2018 Inicial	Variação 2018-2017	Peso %
FF 311 (a)	44.444.096 €	45.310.235 €	46.788.698 €	1.478.463 €	3%
FF 540	9.053.502 €	10.650.000 €	10.650.000 €	0 €	0%
SubTotal FF 311+FF540	53.497.597 €	55.960.235 €	57.438.698 €	1.478.463 €	3%
FF 513 (RP)	1.127.495 €	1.781.316 €	1.900.000 €	118.684 €	7%
FF 482 (EU)	2.751.517 €	5.377.993 €	8.887.780 €	3.509.787 €	65%
Total	57.376.609 €	63.119.544 €	68.226.478 €	5.106.934 €	8%

Fonte: Nota 44619/2017, de 28/07, GSG/MNE

Notas: (a) Inclui FF 357 no valor de 1,9 M€ para 2018 (Financiamento nacional destinado aos projetos de cooperação delegada)
Em 11/08/2017

Análise por atividades

Numa análise por atividades, verifica-se um aumento de 19% no orçamento destinado à cooperação internacional (atividade 178) e às atividades de promoção da língua e da cultura portuguesas (atividade 183) respetivamente de 4,5 M€ e de 1 M€.

Há ainda uma redução da despesa com as atividades de gestão administrativa (atividade 258) em linha com o retorno esperado do investimento inscrito em 2017 no âmbito do desenvolvimento e implementação das medidas de modernização administrativas integradas no Programa Simplex +.

Atividades FF	2016 Executado	2017 Inicial	2018 Inicial	Varição 2018-2017	Peso %
Atividade 178 "Cooperação Internacional"					
FF 311 (a)	8.230.648 €	7.350.121 €	8.350.000 €	999.879 €	14%
FF 540	9.053.502 €	10.650.000 €	10.650.000 €	0 €	0%
SuTotal 178 FF 311 + FF 540	17.284.150 €	18.000.121 €	19.000.000 €	999.879 €	6%
FF 482 / SubTotal	2.751.517 €	5.377.993 €	8.887.780 €	3.509.787 €	65%
SubTotal Ativ 178	20.035.667 €	23.378.114 €	27.887.780 €	4.509.666 €	19%
Atividade 183 "Presença Portuguesa no Exterior"					
FF 311	4.812.253 €	4.518.244 €	5.518.244 €	1.000.000 €	22%
FF 513	439.341 €	664.658 €	670.000 €	5.342 €	1%
Sub Total Ativ 183	5.251.595 €	5.182.902 €	6.188.244 €	1.005.342 €	19%
Atividade 198 "Ensino do Português no Estrangeiro"					
FF 311	25.222.675 €	26.490.034 €	26.488.618 €	-1.416 €	0%
FF 513	688.153 €	974.000 €	1.108.000 €	134.000 €	14%
SubTotal Ativ 198	25.910.828 €	27.464.034 €	27.596.618 €	132.584 €	0%
Atividade 258 Gestão Administrativa					
FF 311 (b)	6.178.519 €	6.951.836 €	6.431.836 €	-520.000 €	-7,5%
FF 513		142.658 €	122.000 €	-20.658 €	-14%
SUBTotal Ati 258	6.178.519 €	7.094.494 €	6.553.836 €	-540.658 €	-7,6%
Total Global	57.376.609 €	63.119.544 €	68.226.478 €	5.106.934 €	8%

Fonte: DSPG, 11/08/2017

Notas: (a) Inclui FF 357 no valor de 1,9 M€ (Financiamento nacional destinado aos projetos de cooperação delegada); (b) inclui 80.000 € Med 084 (Medidas Simplex+)

Análise por agrupamentos económicos

As despesas com pessoal rondam os 34,6 M€, constatando-se uma diminuição do peso relativo destas despesas comparativamente a 2017, passando de 55% para 51% (- 4pp).

Por outro lado, o peso relativo das transferências correntes (que integram o financiamento das atividades nucleares da Cooperação, Língua e Cultura) sobe em 2018 para 37% (+ 1pp) com um valor de 25,3 M€.

DESPESA AGRUPAMENTO	Atividade 178		Atividade 183		Atividade 198		Atividade 258		TOTAIS		Estrutura %	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
	Inicial	Inicial	Inicial	Inicial	Inicial	Inicial	Inicial	Inicial	Inicial	Inicial		
01 - Despesas com o pessoal	4.208.785	3.832.077	22.100	97.100	25.722.370	25.726.954	4.958.274	4.958.474	34.911.529	34.614.605	55%	51%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	2.434.701	5.489.417	343.254	719.686	387.701	465.000	1.612.435	1.491.577	4.778.091	8.165.680	8%	12%
04 - Transferências Correntes	16.729.628	18.561.286	4.741.890	5.360.458	1.307.963	1.331.164	0	0	22.779.481	25.252.908	36%	37%
06 - Outras Despesas Correntes	5.000	5.000	75.658	11.000	46.000	73.500	23.785	23.785	150.443	113.285	0,2%	0,2%
07 - Aquisição de Bens de Capital	0	0	0	0	0	0	0	80.000	0	80.000		0,1%
Medida 84 SIMPLEX +									500.000		1%	
TOTAL	23.378.114	27.887.780	5.182.902	6.188.244	27.464.034	27.596.618	6.594.494	6.553.836	63.119.544	68.226.478	100%	100%

Fonte: DSPG; 18/08/2017

3.3 Medidas de modernização administrativa

Numa linha de melhoria contínua dos procedimentos e otimização dos recursos, o Camões I.P. tem vindo a implementar uma estratégia organizacional e transversal a todos os serviços, desde o processo de integração assente no reforço de uma cultura organizacional baseada numa gestão por objetivos e resultados, passando pelas áreas de suporte através da implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) com harmonização de procedimentos e padronização de processos, até aos sistemas de informação e comunicação, desafio maior tendo presente a importância e impacto que hoje em dia os sistemas de informação assumem no funcionamento das organizações e na produtividade dos seus serviços.

Havendo ainda um caminho a percorrer no sentido de consolidar e harmonizar aplicações informáticas, simplificar procedimentos e melhorar a capacidade de resposta na prestação dos diversos serviços públicos que o Instituto disponibiliza, aproveitou-se a oportunidade lançada pelo **Programa Simplex+ 2016**, tendo sido identificadas, e implementadas em 2017, quatro medidas: (i) Novo Portal de Serviços + acessível; (ii) Cooperação online (1ª fase) (iii) App e-learning Camões, (iv) Arquivo Digital Camões.

As medidas Simplex + que se destinam aos cidadãos em geral e ao terceiro setor em particular, visam, no seu conjunto, melhorar a oferta dos serviços que o Camões, presta ao público (Novo Portal de Serviços), intensificar serviços online reduzindo a burocracia e respetivos custos de contexto e facilitar o acesso aos arquivos históricos e acervo documental do instituto contribuindo, por esta via, para preservar a memória institucional da administração pública.

A desmaterialização dos processos ligados a estes serviços representa, para além da redução da despesa pública através de poupanças com custos intermédios (do papel ao tonner e comunicações), uma maior capacidade de resposta por parte dos trabalhadores, com impacto positivo na vida dos cidadãos e das empresas, permitindo, ainda, reforçar a transparência e a prestação de contas sobre os serviços públicos prestados.

Também do lado da Receita, através da implementação das medidas Simplex + | Camões, se prevê a possibilidade de um aumento das receitas resultantes da inscrição e pagamento de cursos presenciais e online.

Acresce que, do ponto de vista da gestão administrativa, este investimento significa também a possibilidade de libertar e reorientar recursos humanos com possibilidade de os canalizar para as atividades centrais da missão do instituto e de maior valor acrescentado nos resultados.

IV. Atividades Previstas

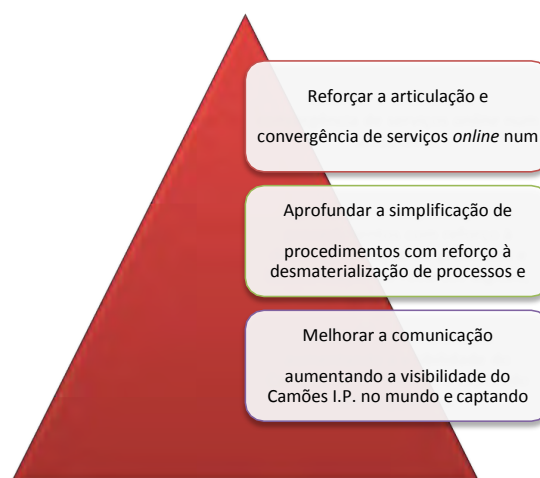
As atividades previstas para 2018 procuram dar corpo aos Objetivos Estratégicos numa lógica de convergência de ações que se reforçam mutuamente em termos de eficácia, e que se conjugam tendo presente o objetivo inerente à criação do Camões, I.P. .

Por uma razão metodológica, poderão ser agrupadas em três grandes domínios:

4.1 Fortalecer, Simplificar e Digitalizar a Administração

Ao implementar medidas de modernização de forma a aumentar a eficácia da ação do Camões, I.P. – **OE1** – e ao reforçar a política de planeamento e gestão no quadro da certificação obtida conforme norma ISO 9001 – **OE2** – está a ação do Camões I.P. alinhada com um dos objetivos prioritários do Governo que vê no relançamento do SIMPLEX o programa que permitirá fazer de Portugal um país na liderança europeia em matéria de *e-government* e de simplificação administrativa, que promova a melhoria do relacionamento dos cidadãos com a Administração Pública e que potencie a redução de custos de contexto para as empresas.

Neste contexto, se deverá entender a continuação do esforço na reestruturação e modernização do “Portal Camões” através da integração de um conjunto de funcionalidades e da convergência de aplicações que possibilitem uma comunicação mais focada nos serviços que o Camões, I.P. presta ao público e, ao mesmo tempo, uma navegação mais estruturada a partir de um fio condutor entre esses mesmos serviços.



Assim se enquadra o esforço de evolução e modernização dos serviços disponibilizados pelo Centro

Virtual Camões (CVC), designadamente (i) na disponibilização de mais recursos didáticos e de aprendizagem, (ii) na evolução técnica da solução de e-learning, e (iii) no reforço da oferta formativa online nas áreas da formação de professores, dos cursos de especialização em língua e cultura portuguesa e dos cursos de língua portuguesa para públicos diversos no estrangeiro, nomeadamente de português língua estrangeira e de português língua de herança.

Também no âmbito da cooperação se pretende intensificar os serviços online, permitindo (i) candidaturas das ONGD ao financiamento dos projetos de cooperação, tal como nos projetos de educação para o desenvolvimento, (ii) bolsa de candidatos a Agentes de Cooperação, (iii) pedidos de equiparação e renovação de estatuto de Agentes de Cooperação, e (iv) gestão das candidaturas de avaliadores externos dos projetos financiados pelo Camões, I.P.

4.2 Potenciar a Coordenação e as Parcerias

Desenvolvendo-se a atividade do Camões, I.P. no quadro da política externa portuguesa e no âmbito das vertentes bilaterais e multilaterais, também aqui se procurará levar a cabo um conjunto de iniciativas que contribuam para os objetivos definidos de “prosseção e consolidação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e modelos de desenvolvimento sustentado, dando o exemplo no apoio à cooperação e desenvolvimento, em especial com os países e regiões do globo com quem temos laços históricos, seja na forma de cooperação para o desenvolvimento com políticas de capacitação institucional, educação, governação e segurança, seja na forma de ajuda humanitária e de emergência, seja na forma de programas de cooperação técnico-militar”.

Tais iniciativas implicarão um reforço da **capacidade de coordenação** dos vários atores da **Cooperação Portuguesa**, de acordo com as prioridades geográficas e temáticas, a diversidade de fontes de financiamento e as modalidades de execução e o fortalecimento dos mecanismos de gestão centrada nos resultados, nomeadamente no que respeita à operacionalização dos ODS – objetivos, na prática, escolhidos no âmbito do QUAR como **objetivos estratégicos**.

Também o incremento das parcerias para a difusão da **língua e cultura portuguesas** nos vários espaços identificados potenciará uma maior visibilidade de Portugal no plano externo, quer bilateral quer multilateral. Ao Camões I.P. é pedido que desempenhe **um papel de articulação e, ao mesmo tempo, de centralidade na difusão externa**, que permita valorizar internacionalmente a língua e cultura portuguesas, com alargamento a novos públicos, seja no contexto das diásporas portuguesas, do espaço CPLP, do Ibero-americano, ou – de forma mais ampla – no eixo internacional lato sensu, bilateral ou multilateralmente.

4.3 Reforçar os Mecanismos de Planeamento e Gestão

Tendo presente o papel central que as funções de planeamento e gestão assumem para o Camões, I.P., como instrumentos que promovem uma melhor coerência na identificação das prioridades a seguir e das medidas a concretizar, em 2018, serão também reforçados mecanismos de planeamento e melhorados instrumentos de controlo em linha com as iniciativas de eficiência, e controlo orçamental, previstas na PLOE 2018 que solicita e associa às diferentes áreas da gestão pública – designadamente, aquisição de bens e serviços e otimização do património – medidas concretas de poupança com identificação da estimativa do impacto orçamental.

Para 2018, merece especial destaque o sistema de incentivos de estímulo à eficiência da despesa pública (SIEF)¹ – que pela primeira vez na administração pública é fixado pelo atual Governo – e que constitui um instrumento central para uma gestão orçamental rigorosa e consequente melhoria do desempenho organizacional.

SISTEMA DE INCENTIVOS À EFICIÊNCIA DA DESPESA PÚBLICA

- **Uma gestão orçamental rigorosa.** Uma gestão orçamental rigorosa implica um esforço contínuo na identificação e eliminação de procedimentos e recursos que se traduzam em desperdício na despesa, bem como no estímulo permanente ao aumento da produtividade dos serviços públicos pelo que a consagração de incentivos que promovam melhorias de eficiência na gestão da despesa pública afigura-se como um importante contributo para o sucesso da gestão orçamental.
- **Aumento do desempenho organizacional.** A promoção da adoção de práticas assentes numa premissa de eficiência da despesa pública potencia uma maior robustez dos sistemas de informação e o aumento do desempenho organizacional permitindo a obtenção de poupanças e permitindo a realização da respetiva avaliação pela autoridade de auditoria.
- **Incentivos à melhoria de eficiência na gestão da despesa pública.** Os incentivos regulados pela Portaria nº 186/2017, de 1/06, visam estimular iniciativas geradoras de melhorias de eficiência, nomeadamente aquelas que se traduzam em redução de despesa numa ótica consolidada, garantindo, concomitantemente, o cumprimento da missão dos serviços bem como a adequada prossecução das suas atribuições.

Fonte: Portaria nº 186/2017, de 1 de junho

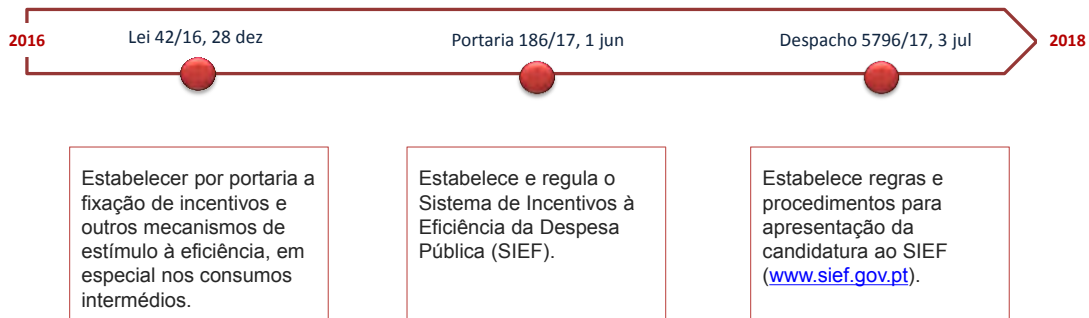
De referir, ainda, que no seguimento do SIEF – que estabelece as condições para que sejam adotadas por todos os serviços da administração pública as iniciativas com vista à obtenção de ganhos de eficiência e à promoção de poupanças conforme previsto na Lei nº 42/ 2016², de 28/12 – foi também publicado o Despacho nº 5796/2017, de 3/07, que prevê as regras e procedimentos relativos à apresentação e avaliação das respetivas candidaturas. É neste quadro, que para 2018, a candidatura do

¹ Portaria n.º 186/2017, de 01/06.

² Art.º 22º da LOE 2017

Instituto no âmbito do SIEF constitui um dos objetivos também nesta área do Planeamento e Gestão, tendo presente a estratégia que tem vindo a ser prosseguida de controlo e monitorização da despesa com obtenção das respetivas poupanças.

SISTEMA DE INCENTIVOS À EFICIÊNCIA DA DESPESA PÚBLICA SIEF



O maior desafio centrar-se-á, mais uma vez, na capacidade de saber conjugar de forma equilibrada a gestão diária da atividade corrente (pela resposta atempada e rigorosa às diversas solicitações) sem perder de vista uma visão integrada tendo por base uma estratégia digital e inovadora que contribua de forma efetiva para a melhoria contínua da organização e funcionamento do Camões, I.P. tirando o melhor partido de novos recursos e tecnologias e, por esta via, de novas formas de trabalhar mais partilhadas e mais colaborativas.

V. Atividades Previstas por Unidade Orgânica

As orientações e objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividade 2018 desdobram-se em objetivos estratégicos e operacionais de cada unidade orgânica que leva em linha de conta as especificidades das atribuições estabelecidas pela Portaria nº 194/2012 de 20 de julho conforme a seguir discriminadas.

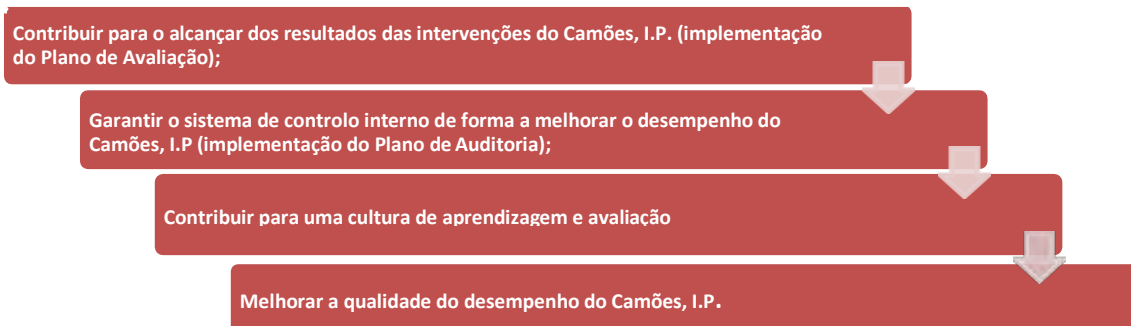
5.1 Gabinete de Avaliação e Auditoria (GAA)

O Gabinete de Avaliação e Auditoria (GAA) possui as seguintes competências:

- Proceder à avaliação da execução dos programas, planos e projetos, em função dos objetivos definidos, diretamente ou através de avaliação externa;
- Propor os termos de referência e selecionar as entidades responsáveis pela avaliação interna ou

- externa de programas, projetos e ações;
- c) Colaborar em avaliações conjuntas com outros parceiros, designadamente organismos internacionais e com serviços congéneres de outros Estados;
 - d) Produzir informação técnica na área da avaliação, disseminando informação sobre os resultados das avaliações realizadas e propondo mecanismos para a incorporação da experiência adquirida na programação e em programas, projetos e ações futuros;
 - e) Promover a realização de auditorias internas aos serviços do Camões, I. P., e externas, de acordo com as normas aprovadas.

A atividade do GAA é transversal ao Camões, I.P. sendo a sua atividade de especial interesse na ótica da responsabilização/prestação de contas e aprendizagem, seja ao nível interno (as unidades orgânicas do instituto), seja ao nível externo (os ministérios setoriais, países parceiros e entidades executoras dos programas e projetos relacionados com o âmbito de atividade da instituição). Para tal, a GAA irá, em 2018, desenvolver a sua atividade de modo a garantir os seguintes objetivos:



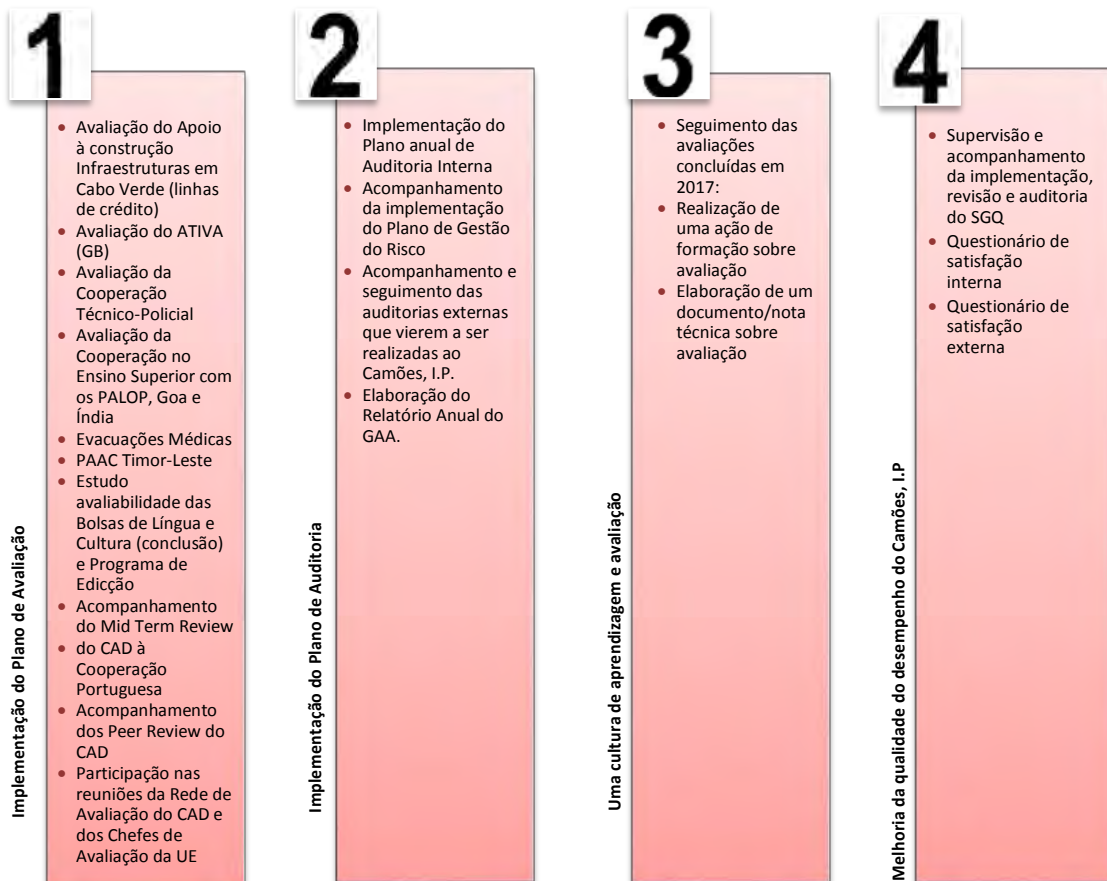
Especificamente, a sua atividade para 2018 pretende concorrer, de forma mais direta, para a concretização dos **OE1** e **OE2**.

Programas

A operacionalização dos objetivos identificados para o GAA será efetuada através de dois programas que abrangem como grandes áreas:



Atividades



Recursos

Os recursos humanos constituídos por 1 dirigente intermédio e 5 técnicos superiores, no total de 6, distribuem-se conforme seguinte quadro (lista nominal e distribuição por categorias):

Chefe de Divisão	Manuela Afonso
Técnicos superiores	Maria João Robalo
	Mário Ribeiro
	Pedro Amaral
	Rita Santos
	Graça Lima

5.2 Direção de Serviços da Cooperação (DSC)

Cabe à DSC assegurar a coordenação e concretização da cooperação portuguesa, através de serviços de qualidade, estruturados numa gestão por resultados em prol da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável.

Compete-lhe assim:

- a) Assegurar o planeamento e programação das atividades da cooperação portuguesa, à luz dos objetivos e prioridades definidos pela tutela e centralizar a informação relacionada com o esforço financeiro global de Portugal e em particular da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) de Portugal;
- b) Promover a execução e o acompanhamento de programas, projetos e ações (PPA) de cooperação para o desenvolvimento e capacitação, de educação para o desenvolvimento e de ajuda humanitária e de emergência, bem como a coordenação de intervenções e atores, reforçando a coerência das políticas para o desenvolvimento;
- c) Assegurar a preparação, coordenação e representação nacional nos sistemas europeu e multilateral e apoiar a definição das políticas de cooperação;
- d) Articular com os diversos parceiros da sociedade civil em prol do desenvolvimento global — humano, social, económico e ambiental.

Programas

A atividade da DSC deverá, em 2018, ser realizada num contexto de promoção de uma maior eficiência e eficácia i.e. atenta ao custo-benefício da sua intervenção e orientada para os resultados, assente em princípios de transparência no reporte, na prestação de contas e na boa gestão dos financiamentos

públicos – conforme as recomendações do CAD/OCDE. A ação da DSC está enquadrada num contexto internacional em evolução, agora marcado pelo novo quadro conceptual e as prioridades introduzidas pela Agenda de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030/ODS), num quadro de recursos públicos limitados. A DSC estará ainda fortemente empenhada no esforço conjunto de aumentar a eficácia na prestação dos serviços públicos.

A ação da Direção de Serviços da Cooperação foca-se na concretização dos princípios e objetivos da política de cooperação portuguesa, tendo presente a dupla missão do Camões, I.P., enquanto organismo coordenador da política de cooperação, assim como organismo financiador e gestor de programas e ações de cooperação.

Assim, compete à Direção de Serviços propor medidas e implementar práticas que concretizem compromissos assumidos. Compete-lhe ainda analisar, financiar e gerir programas, projetos ou ações (PPA) no quadro dos Programas Estratégicos de Cooperação ou das linhas de Financiamento da Sociedade Civil, acompanhar, avaliar e preparar as posições portuguesas nas principais discussões internacionais e assumir uma representação especializada nacional, no processo de apuramento e tratamento do esforço financeiro global da cooperação portuguesa e apuramento oficial dos montantes de APD.

Compete ainda à DSC instruir os procedimentos relativos ao registo, acompanhamento e renovação do estatuto de organização não-governamental de cooperação para o desenvolvimento; assegurar a articulação com as demais organizações da sociedade civil, designadamente do meio académico e empresarial; propor os meios de divulgação para o público da informação sobre a política de cooperação portuguesa; propor estratégias de envolvimento do público nas suas atividades. A operacionalização, implementação e coordenação das Estratégias de Educação para o Desenvolvimento, de Ajuda Humanitária e de Emergência, de Segurança e Desenvolvimento e a participação ativa nas diferentes estratégias e planos na área do ambiente e das alterações climáticas e da Promoção da Igualdade de Género, representam atividades fundamentais da Direção de Serviços.

A DSC é responsável pela proposta, operacionalização e seguimento da política de Bolsas concretizada em 4 Eixos principais: Bolsas para frequência do Ensino Superior em Portugal, Bolsas para frequência do sistema de ensino no país parceiro, Bolsas de Ensino Militar e Bolsas de Formação Técnico-Policial.

A Direção de Serviços é responsável, por outro lado, pela implementação de um conjunto de projetos contratualizados na modalidade de cooperação delegada. Estão em curso 7, num montante total de 44,9 milhões e 2 em fase de finalização a contratação, no montante de EUR 58, 5 milhões, com arranque

previsto para 2018. Estão ainda sinalizadas mais 8 oportunidades de implementação ou participação em projetos com financiamentos europeus.

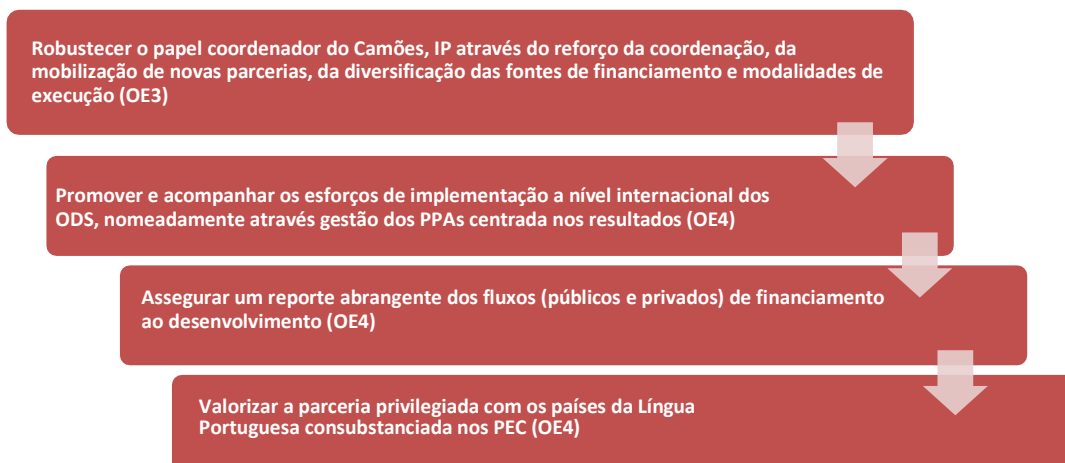
No ano de 2018, atendendo ao número de projetos efetivamente delegados pela UE e/ou cuja negociação se iniciou em 2017, será um ano de consolidação desta abordagem.

A ação da Direção de Serviços é balizada pela estratégica da cooperação e demais orientações políticas e pelas estratégias setoriais aprovadas, bem como pelos compromissos internacionais assumidos, sendo de realçar os compromissos inerentes à Implementação da Agenda dos ODS, os assumidos no Fórum de Alto Nível de Busan, do qual resulta a Declaração de Busan para uma Maior Eficácia do Desenvolvimento, bem como os compromissos a este nível reassumidos no contexto da União Europeia, e os Princípios de "GoodHumanitarianDonnorship".

A operacionalização dos objetivos identificados para a DSC será efetuada através de quatro unidades orgânicas, tendo em conta a especificidade das atribuições estabelecidas pela Portaria nº 194/2012 de 20 de julho, que de forma articulada e interdependente, contribuirão para a prossecução dos objetivos operacionais identificados: (i) Divisão de Programação da Cooperação (DPC), (ii) Divisão de Assuntos Bilaterais (DAB), (iii) Divisão de Assuntos Multilaterais (DAM) e (iv) Divisão de Apoio à Sociedade Civil (DASC).

A DSC concorre para o QUAR 2018 da Instituição com 6 objetivos operacionais, desdobrados em 12 indicadores com as respetivas metas. Destes 6 objetivos operacionais, 4 respeitam exclusivamente à atividade da DSC, 1 corresponde a um objetivo partilhado com a DSLC e um último a um objetivo transversal a toda a Instituição. Pese embora os 4 objetivos operacionais traduzirem a atividade core da DSC, a sua atuação e as solicitações a que tem de dar resposta extravasam, em larga medida, aqueles objetivos operacionais.

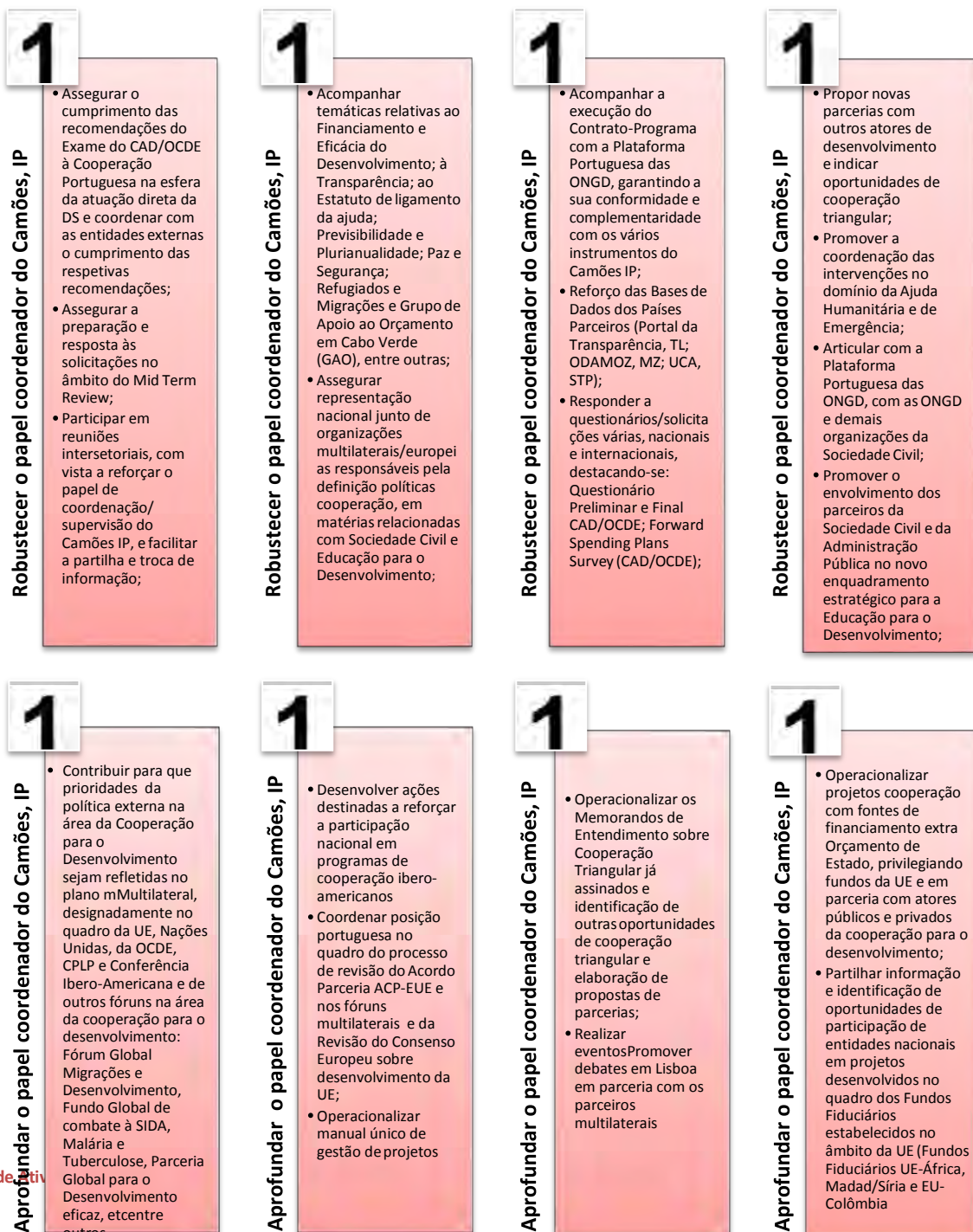
Neste quadro, a Direção de Serviços da Cooperação concorrerá para a prossecução dos objetivos estratégicos do Camões, IP através dos seguintes Objetivos Operacionais:



Promover a formação de formadores e professores de LP e em LP, LS, e de agentes culturais e científicos, enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável (OE4);

Desenvolver um plano de ação para implementação de medidas no âmbito da certificação obtida do SGQ em linha com uma melhoria contínua dos procedimentos, otimizando a eficiência dos recursos internos e externos (OE2)

Atividades



Promover e acompanhar os esforços de implementação a nível internacional dos ODS

2

- Participação nos debates no âmbito multilateral com reflexos importantes na Cooperação;
- **No contexto das Nações Unidas:** Adaptação das estruturas e métodos de trabalho à luz dos ODS; contributo para a elaboração do 1º Relatório Nacional que será apresentado no Fórum Político de Alto Nível do ECOSOC 2017;
- **No quadro da UE:** Revisão do Consenso Europeu sobre Desenvolvimento da UE; definição da posição da UE sobre o futuro das relações UE-ACP após 2020; Definição do quadro financeiro plurianual pós-2020 e Revisão dos Instrumentos Financeiros; início da implementação do novo Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável.

Promover e acompanhar os esforços de implementação a nível internacional dos ODS

2

- **No quadro da OCDE:** Reflexão Estratégica sobre adaptação mandato e composição Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) à luz Agenda 2030; continuação trabalhos para definição nova medida de “Total Official Support for Sustainable Development”, complementar da APDO apoio aos países em transição e em matéria de financiamento do desenvolvimento;
- **No quadro da CPLP:** Alinhamento das prioridades estratégicas do pilar Cooperação da CPLP com os ODS;
- **No quadro da Conferência Ibero-americana:** Reflexões sobre as realidades e desafios dos países da Ibero-americanos, no contexto da Agenda 2030 e o desafio do cumprimento dos ODS

Promover e acompanhar os esforços de implementação a nível internacional dos ODS

2

- Assegurar transposição diretivas aprovadas conformidade e o alinhamento da informação com os standards internacionais em matéria de ODS;
- Assegurar o alinhamento dos projetos âmbito Linhas Financiamento da Sociedade Civil com os esforços implementação DS;
- Atualizar os formulários dos PPA em função das novas diretrizes internacionais;
- Promover o acompanhamento dos projetos no terreno com base em matrizes de seguimento.

Promover e acompanhar os esforços de implementação a nível internacional dos ODS

2

- Incremento do trabalho conjunto com os Ministérios Setoriais na promoção da Coerência das Políticas para o desenvolvimento (CPD) em Portugal, e na elaboração e implementação de um plano de trabalho nacional sobre esta matéria, alinhado com os ODS, incluindo por via da preparação de um quadro conceptual e instrumental que auxilie os Pontos Focais a promover e a disseminar a CPD (e os ODS) nas suas respetivas estruturas;
- Assegurar a resposta a instâncias internacionais em matéria de ODS;

3

- Solicitar às entidades (públicas e privadas) nacionais informação sobre os fluxos de financiamento ao desenvolvimento;
- Tratar e registar no Sistema de Informação Integrado da Cooperação Portuguesa (SIICP) todos os elementos rececionados;
- Proceder à validação e controlo de qualidade de informação em conformidade com as diretivas de reporte estatístico do CAD/OCDE;
- Adequar a informação às diferentes solicitações/questionários recebidos;
- Divulgar a informação sobre o Esforço Financeiro de Portugal em prol do desenvolvimento.

4

- Produzir documentos de programação de acordo com as orientações políticas (concentração setorial, geográfica e ODS);
- Acompanhar o grau de execução dos PEC em vigor;
- Garantir que os processos decisórios de financiamento da atividade “Cooperação Internacional” (178) privilegiam maioritariamente a alocação de financiamento aos países de Língua Portuguesa;
- Promover o reforço de condições que favoreçam a capacidade de intervenção das ONGD Portuguesas;
- Promover o financiamento, implementação e/ou gestão de PPA nos PALOP e Timor Leste;
- Promover o estabelecimento de parcerias de cooperação triangular e multilateral com outros atores de desenvolvimento em benefício dos países de língua portuguesa.

4

- Promover o financiamento, implementação e/ou gestão de PPA nos PALOP e Timor Leste;
- Promover o estabelecimento de parcerias de cooperação triangular e multilateral em benefício dos países de língua portuguesa.
- Promover a formação de formadores e professores de LP e em LP, LS, e de agentes culturais e científicos, enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável
- Promover o financiamento, implementação e/ou gestão de PPA de formação de formadores e professores de Língua Portuguesa e em Língua Portuguesa.

A capacidade de desempenho dos diferentes papéis associados às diversas responsabilidades operacionais da DSC será por isso primordial, sendo de destacar nomeadamente os papéis de:

⇒ **Programador** materializado na elaboração de documentos estratégicos de cooperação (PEC) à luz das recomendações internacionais e das orientações políticas nacional, que resultam num processo inclusivo entre os atores públicos da cooperação portuguesa e de um processo negocial com os países parceiros, consubstanciando o fortalecimento do relacionamento bilateral. Estes programas pretendem ser mais instrumentais e mais visíveis para os interesses dos países: procuram reforçar a concentração setorial em áreas prioritárias de intervenção baseadas no valor- acrescentado da Cooperação Portuguesa e nas necessidades e objetivos de desenvolvimento dos países beneficiários, reforçando, dessa forma o alinhamento com a Estratégia e Planos de Desenvolvimento dos países; a coordenação e complementaridade com outros atores, modalidades e instrumentos de ajuda; reforçam o princípio da previsibilidade identificando um envelope financeiro (indicativo) para 5 anos, em cumprimento do princípio da plurianualidade da ajuda; e fortalecem o alinhamento com os ODS; e, também com a gestão por resultados através da introdução de indicadores e metas que permitam melhor acompanhar e monitorizar as atividades de cooperação.

⇒ **Promotor/financiador/cofinanciador** procedendo à análise e elaboração de pareceres técnicos de propostas de PPA e de projetos apresentados pela Sociedade Civil, acompanhamento dos PPA e dos projetos da Sociedade Civil durante o seu ciclo de vida e análise e validação de relatórios de execução

física e financeira previamente auditados, para libertação de pré-financiamentos;

⇒ **Executor** elaborando análises e pareceres técnicos para aprovação dos PPA, coordenação das equipas de gestão no terreno, articulação com parceiros técnicos/operadores da Cooperação Portuguesa e embaixadas de Portugal, coordenação e participação em todas as estruturas de governação dos PPA;

⇒ **Gestor/Administrador** de fundos administrando os fundos delegados ao Camões, I.P. por entidades terceiras, especialmente pela Comissão Europeia, com base em poderes de execução orçamental o que inclui o lançamento de concursos públicos, atribuição de subvenções, assinatura contratos, gestão dos respetivos pagamentos às entidades contraentes, e/ou beneficiárias, recuperação de fundos indevidamente atribuídos ou utilizados, avaliação e auditorias;

⇒ **Coordenador da posição nacional** em matérias de cooperação internacional de modo a contribuir para a integração das prioridades da política externa portuguesa na área da Cooperação para o Desenvolvimento, no plano multilateral. Em matéria de Ajuda Humanitária caberá igualmente ao Camões, IP a coordenação das respostas em situações de Ajuda Humanitária e a representação nacional junto de organizações multilaterais e europeias responsáveis pela definição de políticas da cooperação, em matérias relacionadas com Ação Humanitária;

⇒ **Interlocutor** privilegiado com as Organizações da Sociedade Civil;

⇒ **Centralizador da informação** relacionada com o esforço financeiro global de Portugal assegurando, a recolha, o tratamento, o reporte às instâncias internacionais e a divulgação dos fluxos de financiamento ao desenvolvimento em cumprimento dos compromissos internacionalmente assumidos.

A operacionalização dos objetivos da Direção de Serviços passará por uma forte racionalização de meios e recursos, dadas as limitações conhecidas e assumidas em matéria de recursos humanos e financeiros. Realça-se a este propósito o desafio colocado às Unidades Orgânicas, e concretamente à DAB, no que diz respeito às responsabilidades inerentes à cooperação delegada. A aposta na valorização e especialização dos seus recursos humanos em matérias de gestão do desenvolvimento, regras, procedimentos e melhores práticas de parceiros internacionais bem como na participação em reuniões entre agências congéneres ou ainda na dinamização de uma cultura de sistematização e partilha da informação, assumem-se como fundamentais.

Recursos

Para a execução das suas atividades a DSC conta com 45 colaboradores, dos quais 40 Técnicos superiores (que integram 1 Diretor de Serviços e 4 Chefes de Divisão), e 5 Assistentes Técnicos.

Direção de Serviços da Cooperação (DSC)	
Diretora de Serviços	Sandra Magalhães
Assistentes Técnicos	Maria José Santos
	Manuela Caseiro
	Lurdes Amorim
	Helena Costa
	Ana Costa
Técnico Superior	Miguel Girão de Sousa
	Filipa Abreu
	Rui Bentes
	Sara Dias
Divisão de Programação da Cooperação (DPC)	
Chefe de Divisão	Odete Serra
Técnicos Superiores	Alexandra Fidalgo
	Andreia Alves
	Edite Singens

	Graça Rocha
	Isidora Frasquilho
	Sofia Pinheiro
	Guilherme Zeferino
Divisão dos Assuntos Bilaterais (DAB)	
Chefe de Divisão	Pedro Oliveira
Técnicos Superiores	Ana Moncada Costa
	Ana Paula Oliveira
	Ana Rita Ferreira
	Andreia Mendes
	António Nunes
	Carla Rodrigues
	Maria do Carmo Fernandes
	Cristina Bandeira
	Elisabete Mendes
	Ana Filipa Teles
	Joaquim Dias
	Lucília Mendes
	Ana Margarida Machado
	Paula Rodrigues

Divisão dos Assuntos Multilaterais (DAM)	
Chefe de Divisão	Paula Pereira
Técnicos Superiores	Eduarda Silva
	Helena Vaquinhas
	Joaquim Neves
	Ligia Figueiredo
	Nuno Vaz
	Patrícia Fonseca
Divisão de Apoio à Sociedade Cível (DASC)	
Chefe de Divisão	Sérgio Guimarães
Técnicos Superiores	António Torres
	Filipa Sousa
	Liliana Silvestre
	Rita Nascimento

5.3 Direção de Serviços da Língua e Cultura (DSLCL)

Entendidas a língua e a cultura como fatores identitários, realçada a circunstância de a História determinar que, no caso da identidade portuguesa, esta se caracterizar, complexa e concomitantemente, como europeia, lusófona, ibero-americana e atlântica, com ancestrais ligações ao Magrebe, à Índia e à Ásia – Pacífico, compreende-se o facto de, no mundo contemporâneo, o valor da língua portuguesa ser, “por direito próprio, [o de] uma das grandes línguas plurinacionais” a nível planetário, uma mais-valia cultural, científica, política e económica, para múltiplas geografias, além de Portugal, a saber: (i) comunidades portuguesas, de língua portuguesa e lusodescendentes espalhados pelo mundo, (ii) países e territórios com o português como língua oficial, (iii) países e territórios com relações históricas com Portugal ou com os países de língua portuguesa.

Também a História ensina que a melhor forma de consolidar uma língua consiste em a projetar para o futuro.

No contexto planetário, ontem e hoje, o valor de uma língua está intrinsecamente associado à ciência que produz e divulga, à inovação que opera e difunde, à cultura que cria e revisita, e faz irradiar para espaços culturais de outros.

Tendo em conta as orientações das GOP 2016-2019, os objetivos neste domínio desenvolvem-se de acordo com 4 Eixos de Ação:

A nível internacional	A nível das diásporas portuguesas	A nível da CPLP
<p>Afirmar a língua portuguesa enquanto fator de identidade e mais-valia cultural, científica, política e económica.</p> <p>Desenvolver a capacidade nacional de formação e certificação em língua portuguesa.</p>	<p>Valorizar a diáspora portuguesa:</p> <p>i. Fomentar a coesão em torno da língua e cultura Portuguesas.</p> <p>ii. Manter viva a memória, a cultura, as artes.</p>	<p>Assegurar a coesão da língua portuguesa tendo em conta os múltiplos espaços de pertença.</p> <p>Promover a cultura e o diálogo intercultural enquanto fator de desenvolvimento humano, social e económico.</p>
A nível transversal		
<p>Garantir a coerência e a coesão da rede de ensino, aprendizagem e investigação da LCP, da ação cultural externa e das estruturas ao seu serviço</p>		

Conforme estabelecido no XXI Programa do Governo, os espaços prioritários são os que conformam a

identidade nacional, que é “em primeira instância, europeia, lusófona, ibero-americana e atlântica”, assim abrangendo espaços contemporâneos de potências emergentes, muitas delas integradas em narrativas de relacionamento histórico.

Programas

Os programas, projetos e atividades da DSLC para 2018 desenvolvem-se conjugando as seguintes orientações:

1. GOP 2018. Capítulo Portugal no Mundo. Promover a Língua, a Cultura, a Ciência Portuguesa e a Cidadania Lusófona

- Consolidar “a rede Camões de ensino superior”
- Continuar a “expansão do português, básico e secundário, no estrangeiro, quer como língua de herança, quer como língua estrangeira; (...) a ampliar o número de alunos nas escolas portuguesas no estrangeiro”
- Manter a “a aposta no digital, nos processos de certificação e na credenciação do português nos sistemas de acesso ao ensino superior”
- Consolidar a aposta na ação cultural externa e intensificar as ligações entre diplomacia cultural e outros eixos da política externa;
- Prosseguir com a “promoção da cultura portuguesa e a sua internacionalização”, designadamente através do plano indicativo anual de Ação Cultural Externa para 2018
- Prosseguir o “construção de uma cidadania lusófona e a participação no quadro da CPLP”

2. Resolução de Conselho de Ministros sobre a Ação Cultural Externa e Resolução de Conselho de Ministros sobre a Internacionalização da Ciência

3. Prefácio do Novo Atlas da Língua Portuguesa, da autoria do Ministro dos Negócios Estrangeiros;

4. Orientações da tutela nas reuniões de trabalho sobre a internacionalização da língua e da cultura, portuguesas

5. Planos de Ação de Brasília (PAB 2010), de Lisboa (PALis2013) e de Díli (PADli2017)

No QUAR 2018 do Camões, I.P., as atribuições da DSLC têm reflexo, sobretudo, no **OE5** (Promover a valorização internacional da língua e cultura portuguesas, nomeadamente através da diversificação e articulação de parcerias que permitam o alargamento a novos públicos), **OE1** (Implementar medidas de modernização administrativa no âmbito do Programa Simplex+ 2016) e **OE2** (reforçar a política de planeamento e gestão no quadro da certificação obtida conforme norma ISO 9001).

Para tal, a Direção de Serviços irá desenvolver a sua atividade em torno de três objetivos estratégicos próprios e de um partilhado:

Potenciar o ensino do português como língua de comunicação internacional, de trabalho e ciência (OE5), com um encargo financeiro de 27,5M€;

Desenvolver e aplicar sistemas de ensino, avaliação e certificação de competências pedagógicas e didáticas para o ensino/aprendizagem de português (OE5), com um encargo financeiro de 0,5M€;

Promover a ação externa nos domínios da cultura e ciência, em articulação com outros organismos (OE5), com um encargo financeiro de 5,5M€;

Promover a formação de formadores e professores de LP e em LP, LS, e de agentes culturais e científicos, enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável (OE4), com um encargo financeiro de 0,3M€;

Acresce a estes objetivos, um outro, operacional, imprescindível ao bom funcionamento da DSLC e respetivas Unidades Orgânicas, e que visa

Garantir a coerência e a coesão das redes externas do Camões, I.P. e das suas atividades, com um encargo financeiro de 0,1M€.

A operacionalização dos objetivos identificados para a DSLC será efetuada através de três unidades orgânicas: (i) Divisão de Programação, Formação e Certificação (DPFC); (ii) Divisão de Coordenação de Ensino (DCEPE) e (iii) Divisão de Ação Cultural Externa (DACE).

Atividades

Para a concretização destes objetivos estão previstas as seguintes atividades:

1 Promover ensino português como língua de comunicação internacional, de trabalho e de ciência

- Potenciar a graduação de futuros formadores e quadros “embaixadores” da língua, cultura e ciência portuguesas, recorrendo ao fomento de sinergias, promovidas pelos “leitorados”: (i) entre as respetivas instituições e outras instituições com ou sem oferta de cursos de Língua e Cultura Portuguesas; (ii) com projetos de instituições de ensino superior portuguesas instalados nas universidades onde atuam através da criação de cursos de Português Língua estrangeira (PLE) creditados pelas devidas instituições, (iii) com fundações com projetos no estrangeiro e (iv) com as Empresas Promotoras da LP;
- Reforçar as edições de cursos a distância de (i) PLE, língua do quotidiano, (ii) PLE, língua para fins específicos, nas áreas da “Comunicação Social”, “Negócios”, “Turismo”;
- Reforçar a inclusão da língua portuguesa nos sistemas de línguas de entrada ao ensino superior;
- Impulsionar a integração curricular do português como língua estrangeira, em currículos nacionais ou regionais de interesse geoestratégico ou de diásporas de longa implementação, designadamente em (i) Marrocos, (ii) Costa do Marfim, (iii) Suazilândia e (iv) Venezuela.

1 Promover ensino português como língua de comunicação internacional, de trabalho e de ciência

- Intensificar a graduação em português, língua passiva, na área da interpretação de conferência e tradução científica e técnica;
- Promover a formação de intérpretes e tradutores das instituições internacionais africanas, designadamente na União Africana, SADC, CEDEAO, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e UNON, Nairobi;
- Reforçar as edições de cursos a distância nas áreas de tradução e interpretação;
- Disponibilizar as terminologias científicas e técnicas do Português na Comissão Europeia e em Portugal, através do Portal do Camões.

1 Promover ensino português como língua de comunicação internacional, de trabalho e de ciência

- Destacar a atividade científica e o património científico português, material e imaterial, junto das universidades parceiras do Camões, I.P., através dos leitorados, valorizando Portugal como um país de ciência, a dimensão universal do seu património científico e a relevância da sua atividade no domínio da ciência, designadamente, entre outros, através do apoio às “Feiras de Ciência” no estrangeiro;
- Promover a investigação nas áreas da Língua, Literatura, História e Cultura por via das Cátedras e Programas de Investigação Camões;
- Reforçar os conteúdos da Biblioteca Digital Camões / Repositório Digital, através de disponibilização de (i) Artigos decorrentes das linhas de investigação e projetos das cátedras, (ii) “Atas virtuais” ou “Relatórios virtuais” de congressos, seminários, oficinas apoiados pelo Camões, I.P, (iii) Teses de mestrado e doutoramento de instituições portuguesas de ensino superior, (iv) Documentos estruturais da Cooperação Internacional para o desenvolvimento.

2

Desenvolver e aplicar sistemas de avaliação e certificação de competências pedagógicas e didáticas para o ensino/aprendizagem de português

- Adaptar a oferta de aprendizagem da língua e cultura portuguesas em função dos perfis linguístico e culturais dos públicos escolares da diáspora portuguesa;
- Disponibilizar cursos de aprendizagem de Português Língua de Herança (PLH) e de Português Língua Materna (PLM) a distância;
- Fomentar a leitura quer através do “Plano de Incentivo à Leitura” quer de bibliotecas físicas e digitais.
- Certificar públicos infantis e juvenis de PLH;
- Certificar públicos infantis e juvenis de PLE, a distância;
- Certificar públicos adultos de PLE, a distância;
- Proporcionar a oferta de cursos de formação contínua de PLE nas áreas do conhecimento linguístico, literário e cultural, pedagógico e didático.
- Apoiar a formação de Professores de PLE, sob o ponto de vista didático, para a respetiva certificação profissional.

3

Promover a ação externa nos domínios da cultura e ciência, em articulação com outros organismos

- Promover a realização de atividades, em contextos bilaterais e multilaterais, alinhadas com os eixos temáticos plurianuais definidos para a Ação Cultural Externa — *Cultura, criação, acessibilidade e sustentabilidade; Memória e Património; Arquitetura, Design e intervenções urbanas; Cultura e Desenvolvimento sustentável; Cultura, Interculturalidade, Migrações e Inclusão; Cultura, Cidadania e Género, Cultura, Educação, Ciência e Inovação;*
- Assegurar a realização de ações nos domínios definidos como prioritários: Livro, Literatura, Cinema, Audiovisual e Património;
- Contribuir para a comunicação estratégica e a visibilidade da ação cultural externa, através do apoio ao desenvolvimento de uma plataforma de informação integrada sobre a Ação Cultural Externa e apoio à divulgação das atividades culturais.

3

Promover a ação externa nos domínios da cultura e ciência, em articulação com outros organismos

- Divulgar a literatura e a obra ensaística portuguesa, nomeadamente por via de (i) Programa especial de apoio à tradução, edição e reedição “Portugal – Guadalajara 2018” destinado a editoras latino-americanas; ii) Programa de Apoio à Edição; iii) Participação em Feiras Internacionais de Livro, com enfoque na Feira do Livro de Guadalajara, em que Portugal é país convidado de honra (iii) Apetrechamento bibliográfico e audiovisual das estruturas físicas do Camões, I.P;
- Promover a divulgação internacional da cinematografia nacional, através do apoio à participação em festivais e mostras internacionais e da circulação internacional de títulos cinematográficos;
- Assinalar celebrações, nomeadamente Ano Europeu do Património Cultural; 60 Anos da declaração dos Direitos Humanos; José Saramago - 20 anos Prémio Nobel da Literatura; Dia da Língua Portuguesa e das Culturas na CPLP; Dia Mundial do Livro; Dia Internacional da Tradução.

4

Promover a formação de formadores e professores de PT e em PT LS, e de agentes culturais e científicos, enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável

- Promover a formação (i) inicial e (ii) contínua de professores de português como Língua Segunda (LS), bem como a formação de professores em língua portuguesa;
- Promover a criação de materiais de ensino para fins específicos nas seguintes áreas: (i) Português para Fins Militares, (ii) Português na Saúde, (iii) Português na Comunicação Social;
- Promover o ensino do português como Língua Segunda (LS) em espaços plurilíngues;
- Apoiar a coesão da língua portuguesa tendo em conta os múltiplos espaços de pertença;
- Promover a cultura portuguesa na ótica da interculturalidade;
- Potenciar a capacitação e formação na área cultural, presencialmente e a distância;
- Avaliar os processos quer de promoção das culturas na ótica da interculturalidade quer as ações de capacitação e formação cultural.



Garantir a coerência e a coesão das redes externas do Camões, I.P. e das suas atividades

- Planificar anualmente e proceder ao provimento da rede de ensino do português no estrangeiro;
- Validar e monitorizar o orçamento das coordenações de ensino e das estruturas de suporte ao ensino da língua portuguesa (CLP);
- Qualificar a rede de ensino do português no estrangeiro;
- Qualificar a rede de aprendizagem do português no estrangeiro através da implementação e avaliação do Plano de Incentivo à Leitura;
- Fazer o provimento da rede de ensino e estruturas de ensino, formação e divulgação cultural de material bibliográfico, audiovisual e multimédia;
- Proceder à certificação das aprendizagens em LP;
- Implementar o programa de bolsas da DSLC;
- Coordenar a investigação nas áreas da língua, literatura, História e cultura;
- Coordenar ações de aprendizagem, formação e investigação a distância bem como disponibilização de conteúdos de aprendizagem, formação, investigação e culturais na *web*;
- Certificar Escolas e Centros Associados;
- Dar apoio técnico e pedagógico;
- Planificar a ação cultural externa;
- Comemorar datas históricas e simbólicas e celebrar eventos bi- ou multilaterais de caráter histórico;
- Produzir e editar novos conteúdos culturais;
- Coordenar o Programa de Apoio à Edição;
- Coordenar as atividades de parcerias com outras entidades, nacionais e estrangeiras.

Recursos

Os recursos humanos, no total de 26 (4 chefias, 18 técnicos superiores e 4 assistentes técnicos), distribuem-se conforme seguinte quadro:

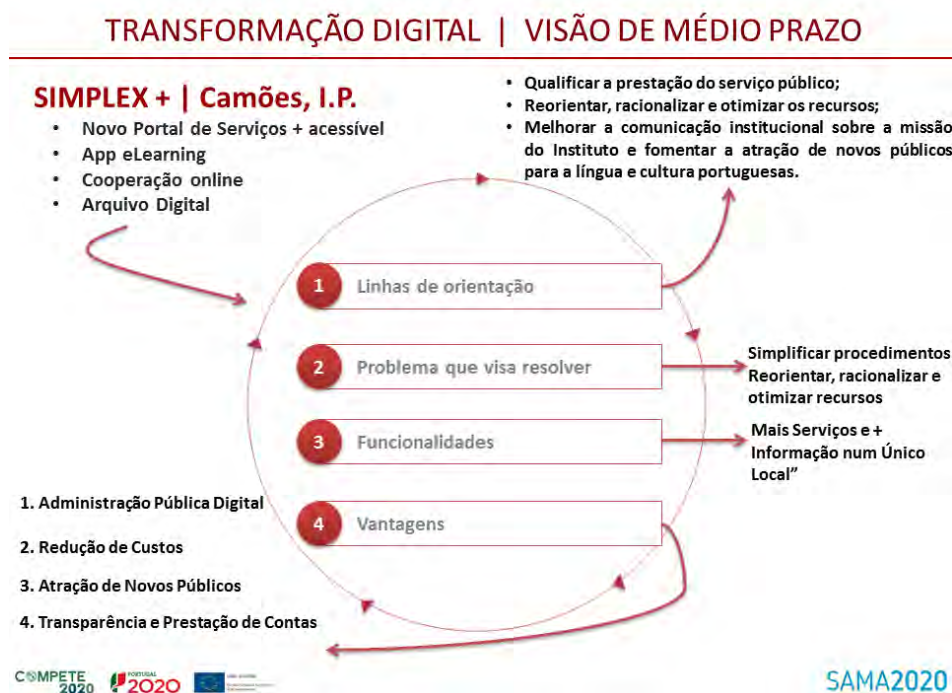
Direção de Serviços de Língua e Cultura	
Diretora de Serviços	Madalena Arroja
Assistente Técnico	Maria Goreti Marques
Divisão de Programação, Formação e Certificação	
Chefe de Divisão	Rui Vaz
Técnico Superior	João Marques
Técnico Superior	Luís Salema
Técnico Superior	Maria de Fátima Mendes

Técnico Superior	Maria de Fátima Páscoa
Técnico Superior	Radovan Miletic
Técnico Superior	Sandra Pires
Divisão de Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro	
Chefe de Divisão	Rui Ernesto
Assistente Técnico	Luísa Montez
Técnico Superior	Anna Amado
Técnico Superior	Ana Lares
Técnico Superior	Carla Sousa
Técnico Superior	Maria José Machado
Técnico Superior	Pedro Carlos
Técnico Superior	Sérgio de Almeida
Técnico Superior	Toríbia Cancela
Técnico Superior	Vera Palma
Divisão de Ação Cultural Externa	
Chefe de Divisão	Cristina Caetano
Técnico Superior	Eunice Santos
Técnico Superior	Isabel Jerónimo
Técnico Superior	Maria da Conceição Delcourt
Técnico Superior	Maria de Fátima Caldeira
Técnico Superior	Maria João P. Correia
Técnico Superior	Sandra Boavida
Técnico Superior	Rui Geirinhas
Assistente Técnico	Maria Elisabete Poderoso
Assistente Técnico	Joaquim Caparica de Sousa

5.4 Direção de Serviços de Planeamento e Gestão (DSPG)

Em 2018, e tendo presente o atual contexto de mudanças profundas e rápidas da tecnologia, a prioridade central será prosseguir com o desenvolvimento da estratégia de progressiva transformação digital do Camões para que o Instituto possa estar à altura da centralidade que o atual Governo lhe confere enquanto organismo público **“encarregado da execução das políticas de internacionalização da língua e da cultura portuguesas e da cooperação para o desenvolvimento”**³.

A estratégia – de médio prazo e que foi identificada a partir de uma visão integrada de todas as áreas de atuação do Instituto (Cooperação, Língua e Cultura) que procurou aproveitar, ao mesmo tempo, o Programa Simplex + e o Programa SAMA 2020 como oportunidades de aceleração das medidas de modernização administrativa – assenta em três vetores principais: (i) prosseguir a mudança tecnológica do Instituto em linha com uma administração pública digital; (ii) reorientar, racionalizar e otimizar os recursos disponíveis; (iii) reforçar a qualificação dos serviços públicos prestados pelo Instituto.



³ Vd “Missão e prioridades do Instituto Camões”, intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augustos Santos Silva, na tomada de posse do Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, 3 de novembro de 2017.

Assim, e em conformidade com as linhas de orientação do Programa do XXI Governo Constitucional, definidas no âmbito de uma Administração Pública Digital, tem vindo a ser operacionalizada uma efetiva digitalização dos serviços, tendo já sido implementadas em 2017 as quatro Medidas Simplex + | Camões que permitiram a convergência para uma única plataforma “Novo Portal de Serviços Camões + acessível” de mais serviços e mais informação a partir de um único local.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL | VISÃO DE MÉDIO PRAZO

Implementado em 2017

- Novo Portal de Serviços + acessível
- Serviços disponíveis:
 - ⇒ Cooperação online (1ª fase)
 - ⇒ App eLearning/ Ensino à distância
 - ⇒ Arquivo Digital
 - ⇒ Apoio à Edição

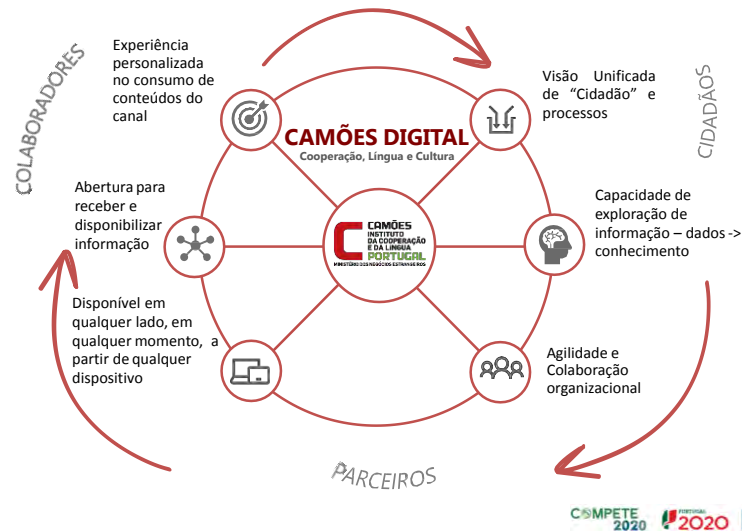


Contudo, haverá ainda um longo caminho a percorrer para que a organização consiga ganhar e operacionalizar novas competências, novas formas de trabalhar e novas formas de interagir e de comunicar, através da oferta alargada de serviços em rede e da simplificação de procedimentos com impacto positivo na vida dos cidadãos e das empresas.

O passo seguinte, para além da concretização das três medidas previstas no âmbito do Simplex + 2017, e-Pagamentos; Multicanal Camões; e e-Ação Cultural Externa; terá de integrar também a criação de um ecossistema digital pela via da criação de API's, da consolidação e visualização da informação de forma integrada e da integração e potenciação dos novos canais de comunicação (redes sociais, portal web, app).

Esta é pois a visão de médio prazo para a concretização de um Camões Digital.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL | VISÃO DE MÉDIO PRAZO



CAMÕES DIGITAL

- Gestão de Entidades** (Citizen Relationship Management | CRM). Com o objetivo de criar uma visão única e integrada das interações de todas as áreas do Camões, I.P. com os seus públicos (cidadãos ou outras entidades), torna-se necessário criar no Instituto um repositório único de entidades. O sistema de CRM que se pretende implementar possibilitará, de uma forma centralizada, a visão 360 do relacionamento com o cliente, a gestão de ocorrências e a criação gradual de um repositório de conhecimento.

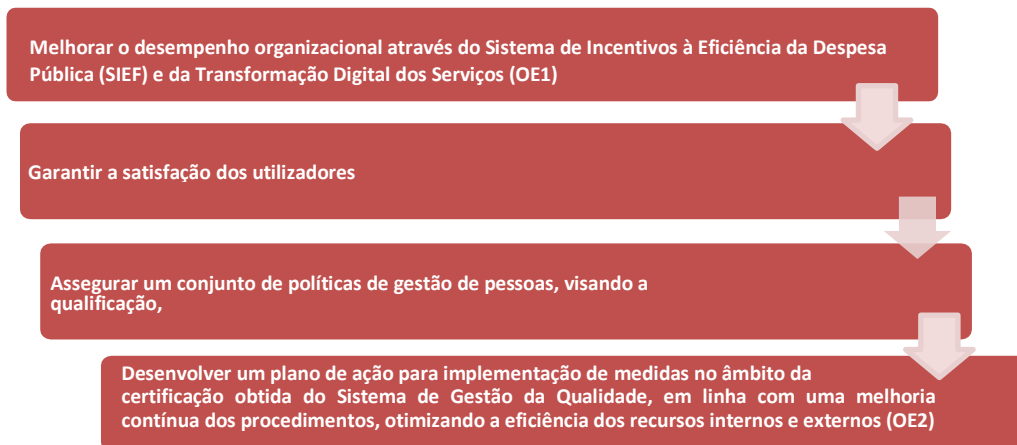
Vantagens: Visão 360 dos interlocutores do Camões, I.P. e da relação entre os mesmos; melhoria do serviço prestado; centralização da informação de contacto dos vários canais; possibilidade de criar produtos e campanhas associadas ao perfil de cidadão.
- Business Intelligence Camões | MIS Camões (Management Information System) | Ferramenta de apoio à decisão do Camões, I.P.** Por outro lado, torna-se fundamental habilitar o Instituto de uma ferramenta de recolha, tratamento e análise de informação possibilitando tomar decisões mais rápidas, informadas e objetivas, através da produção de mapas, relatórios customizados e dashboards dinâmicos - transformar dados brutos em informação útil para a tomada de decisões (business intelligence).

Vantagens: Redução do tempo e custo associado à produção da informação, simplificação no acesso à informação; incremento do controlo; incremento do tempo disponível para a análise da informação em detrimento do tempo necessário para a produção da mesma; automação da produção e atualização de relatórios de informação estática; capacitação das equipas internas para a exploração da informação de gestão em modo self-service.
- Intranet do Camões, I.P. (i.Camoes) | Portal de Colaborador.** Desenvolvimento do “Portal de Colaborador” com ligação e integração aos sistemas internos do Camões, I.P. com o objetivo de partilhar informação fomentando o trabalho colaborativo, incrementar a comunicação interna e aumentar a produtividade dos serviços. A intranet servirá também para a criação de um service desk multicanal (web, serviços online, VOiP; Live Chat, email, App).

Exemplos de funcionalidades a disponibilizar: Dashboard do colaborador; integração com email; newsletter; FAQ; Knowledge Base; integração com o Portal da Gestão (MIS Camões); integração com o Gestor Documental; dossier online de colaborador; assiduidade; férias; integração com aplicação de vencimentos; integração com Plataforma BSC; disponibilização de Catálogo de software licenciado e freeware a instalar; integração com a aplicação de requisições de viagens; gestão de salas e equipamentos (inventário); Lista telefónica; Videoconferência; Biblioteca online/mediateca; clipping diário; Avisos de Legislação; Avisos de formação; Divulgação de Protocolos; Resposta a Surveys; Questionários de Satisfação; bolsa de ideias; Single sign-on.

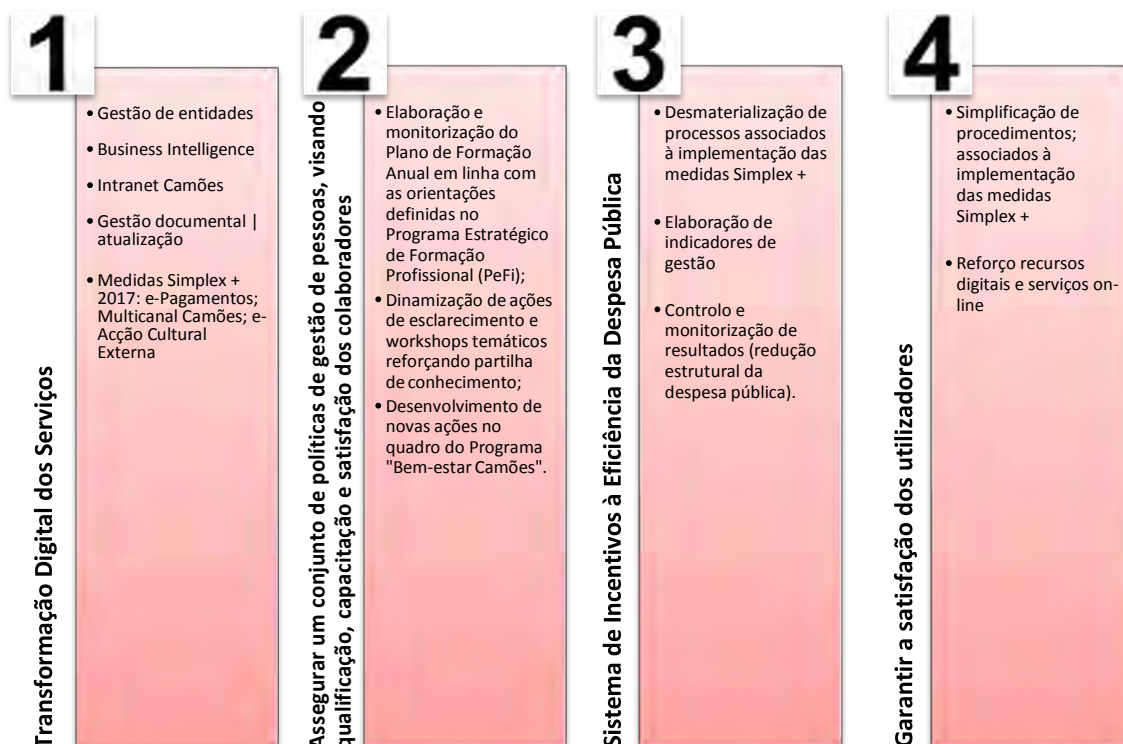
Vantagens: Desmaterialização e agilização de procedimentos; simplificação; interface único com ligação automática a aplicações internas; redução da informação que circula apenas por email; diminuição do fluxo diário de emails.
- Gestão documental.** A versão de gestão documental eDocLink instalada no Instituto carece de upgrade tecnológico para assegurar de forma ágil a integração com outros sistemas e aplicações bem como possibilitar a assinatura digital.

Relativamente ao QUAR, no quadro dos objetivos estratégicos estabelecidos, particularmente no âmbito do **OE1** e do **OE2**, identificou-se o seguinte objetivo operacional de eficiência da responsabilidade da DSPG, a que se somam – de forma partilhada – os 3 objetivos de qualidade transversais a todas as Unidade Orgânicas, respeitantes à satisfação dos utilizadores e colaboradores e à formação:



Atividades

As atividades previstas encontram-se priorizadas a partir dos quatro objetivos operacionais identificados, concentrando-se sobretudo: (i) na transformação digital dos serviços; (ii) no reforço da formação e capacitação dos recursos humanos; (iii) no aprofundamento de instrumentos e mecanismos de controlo e poupança da despesa pública e (iv) no desenvolvimento de um plano de ação que assegure a transição para o SNC-AP nos termos e no calendário previsto.



A este conjunto de atividades estratégicas, acresce todo o conjunto de atividades correntes essenciais ao melhor funcionamento dos serviços, desde o planeamento e desenvolvimento organizacional (avaliação do desempenho, gestão administrativa dos recursos humanos, gestão integrada de vencimentos, assiduidade e cadastro) à gestão financeira e patrimonial (monitorização e implementação das Recomendações do TdC, IGF e FU, monitorização da execução orçamental e variações patrimoniais em articulação com Entidade Coordenadora, ESPAP e FU, prestação de contas e reportes conforme procedimentos e prazos legalmente fixados), até ao apoio jurídico e contencioso.

Recursos

Direção de Serviços de Planeamento e Gestão	
Diretor de Serviços	Márcia Maria Pereira Pinheiro
Assistente Técnico	Rossana Mamad
Divisão de Planeamento e Recursos Humanos (DPRH)	
Chefe de Divisão	Carla Maria Antunes Graça Silva
Técnico Superior	Andreia Sofia de Matos Martins Morais
	Dilar Mendes Rosado
	Maria João Paraíso Ribeiro
	Maria João Brisa Neves
	Liliana Catarina Pinto Marques Silvestre
	Maria Fernanda Lopes Catarino Carvalho
Coordenador Técnico	Ana Paula da Silva Moreira Martins
	Maria Lucília Passadinhas Semedo Gomes
Assistente Técnico	Ana Paula Peixoto Soares Cortês Fonseca
	Diana Marisa da Silva Rafael
	João Manuel dos Santos Nogueira
	Luísa Maria Fantásia Monteiro Ribeiro
	Maria da Graça Cardoso Gonçalves Carvalho
	Maria do Carmo de Oliveira Ferrão
	Marta Raquel de Sousa Carneiro
	Paula Alexandra Miguel Alves Prazeres
	Pedro Miguel dos Santos Abreu
Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP)	
Chefe de Divisão	Nuno Ricardo Lameirão Borges
Técnico Superior	Ana Maria Valente da Cunha
	Maria de Fátima Caetano
	Maria Julieta Martins da Rocha
	Maria Miguel Costa Neves Santos Silva Jarnac de Freitas

	Raquel de Jesus Chora Martins
	Sofia Carla Gouveia Bento
	Vera Alexandra Ferreira Brito
Especialista de Informática	Francisco José Reboicho Rodrigues
	Hugo Rocha Dias Correia
Técnico de Informática	João Carlos Martins Crespo de Carvalho
	Paulo Jorge Santana da Palma
Coordenador Técnico	Mafalda Ferreira Rua Guerreiro Lima
Assistente Técnico	Andreia dos Santos Antunes
	Antónia Maria Ribeiro Pedro Rebocho
	Elizabete Marlene da Costa Fernandes
	Fernanda Maria de Matos Martins Aragão
	Isabel Maria da Graça Ribeiro
	Lina Maria Capote Mateus Xavier Castro
	Maria da Graça Silva das Dores Rosa Guerreirinho
	Pábulo Ismael Ramos Bastos
Assistente Operacional	Francisco Luís Batalha Piteira
	Lídia Beatriz Rojão Paiva Cerqueira
Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso (DAJC)	
Chefe de Divisão	Tânia José Lemos Marques Ramos
Técnico Superior	Ana Maria Robalo Branco
	Anabela Rações Barradas Coelho
	Carla Alexandra Ribeiro Raimundo Pinto
	Maria Helena Guerreiro Soares
	Ricardo Filipe Duque Pita

5.5 Gabinete de Programas e Acordos Culturais (GPAC)

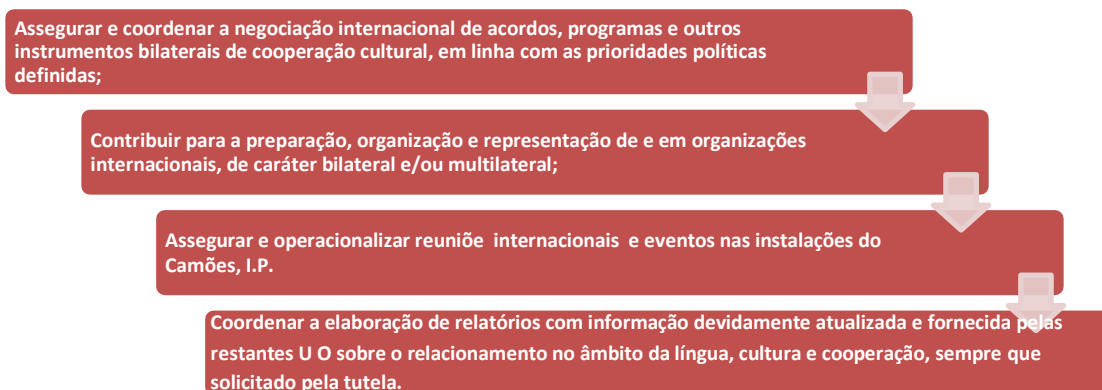
O Gabinete de Programas e Acordos Culturais (GPAC) possui, nos termos da Lei, as seguintes competências:

- Dar apoio técnico à representação do país na negociação de acordos e outros instrumentos internacionais de âmbito cultural coordenando a participação dos demais serviços e departamentos de Estado competentes;
- Acompanhar a execução dos acordos de cooperação cultural, através da elaboração de programas de cooperação, em articulação com os serviços e departamentos de Estado competentes, sem prejuízo do previsto na alínea b) do n.º 4 do artigo 3.º;
- Dar apoio técnico à representação do país em organizações internacionais e outros fora nos domínios da cultura e da língua;
- Promover, coordenar e desenvolver as relações diplomáticas na área cultural, designadamente

- através de contactos privilegiados com as missões diplomáticas acreditadas em Lisboa;
- e) Dar apoio técnico na organização de reuniões internacionais no domínio da língua e da cultura;
 - f) Assegurar a ligação com os serviços congéneres, nacionais e estrangeiros;
 - g) Assegurar a coordenação da elaboração de relatórios sobre as atividades desenvolvidas nos domínios da língua e da cultura portuguesas, em países com os quais Portugal mantém relações diplomáticas, para informação atualizada dos órgãos da tutela.

No QUAR 2018 do Camões, I.P., estas atribuições têm reflexo, sobretudo, **no objetivo estratégico número 5 (OE5)** “Promover a valorização internacional da língua e cultura portuguesas, potenciando a articulação de parcerias que permitam o alargamento a novos públicos”.

Para tal, a GPAC irá, em 2018, desenvolver a sua atividade de modo a garantir os seguintes objetivos:



Programas

Para a concretização das suas atribuições, o GPAC definiu um total de 3 programas, que a seguir se elencam:

- Programa 1**
 - Vinculação de Portugal a acordos internacionais nas áreas da língua, educação, cultura, desporto, juventude e comunicação social (doravante, acordos de cooperação cultural);
- Programa 2**
 - Coordenação da negociação de instrumentos juridicamente não vinculativos, em aplicação dos acordos de cooperação cultural em vigor;
- Programa 3**
 - Preparação e realização de encontros político-diplomáticos, de carácter bilateral e multilateral, em Portugal ou no estrangeiro.

Atividades

A concretização dos três programas nas áreas acima identificadas será assegurada por um conjunto de 8 atividades:



Recursos

Em termos de recursos Humanos, o GPAC contará, em 2018 com os seguintes elementos, incluindo a chefe de divisão.

Chefe de Divisão	Maria Teresa Artilheiro Ferreira
Diplomata	Joana L. Moura Silva Vasconcelos
Técnica superior (em baixa médica prolongada e processo de reforma)	Maria Noémia Marques
Assistente Técnico	Olga Maria Gouveia Ferreira dos Santos
2 Técnicos superiores em fase de mobilidade (expectável a partir de janeiro de 2018)	
2 Técnicos superiores a recrutar	

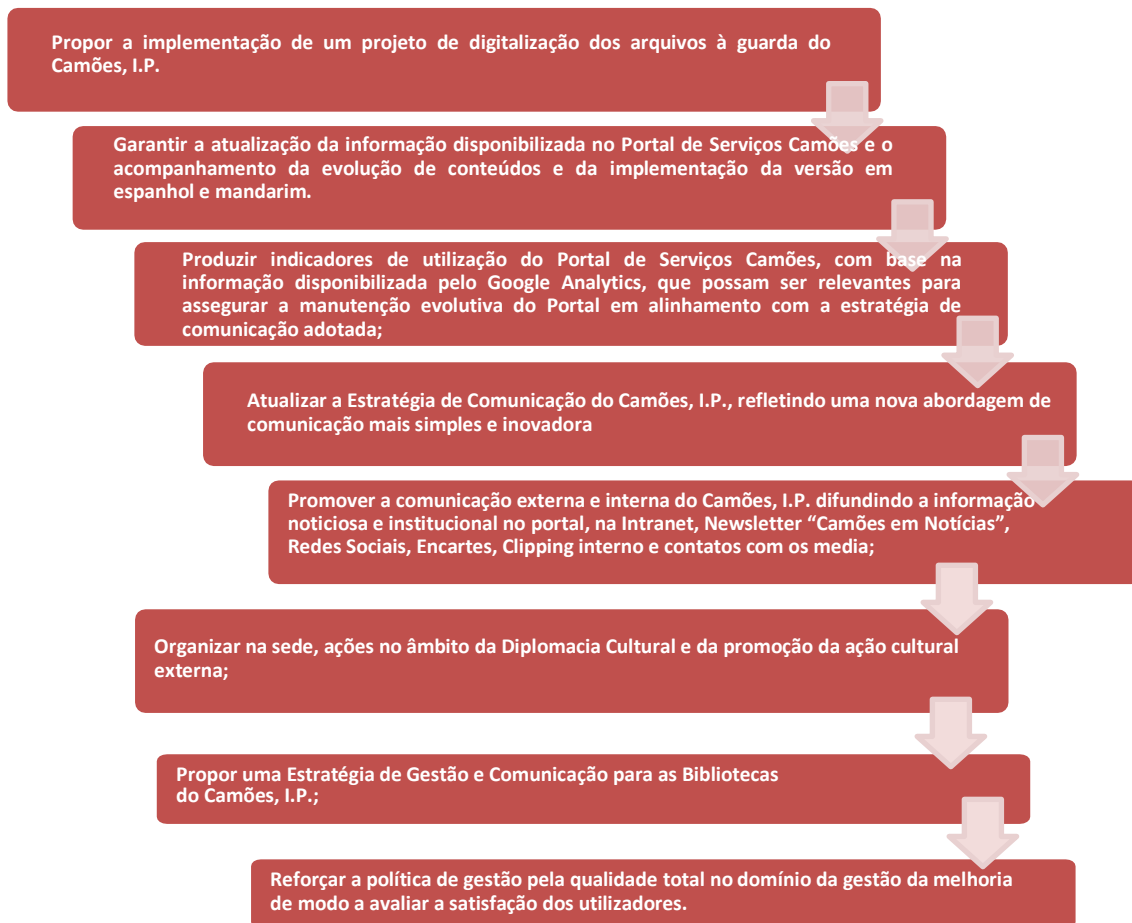
5.6 Gabinete de Documentação e Comunicação (GDC)

O Gabinete de Documentação e Comunicação (GDC), criado enquanto unidade orgânica flexível na dependência direta do Conselho Diretivo, tem as seguintes competências, nos termos da Portaria n.º 194/2012, de 20 de junho:

- a) Conceber, atualizar e aplicar os critérios e normas de produtos de comunicação da imagem do Camões, I.P., e das suas atividades, nos domínios da cooperação e da difusão da língua e da cultura;
- b) Conceber e manter atualizado o sítio do Camões, I.P., na Internet, bem como outras formas inovadoras de comunicação e interação;
- c) Promover ações de sensibilização e informação dos diferentes grupos -alvo das atividades do Camões, I. P., em articulação com os serviços responsáveis por essas atividades;
- d) Assegurar os procedimentos inerentes à tradução, edição e distribuição de publicações da responsabilidade do Camões, I.P., bem como à participação em publicações de outros parceiros, em diferentes suportes;
- e) Assegurar a pesquisa, aquisição, tratamento, conservação e difusão de toda a informação relevante para a atividade do Camões, I.P.;
- f) Definir uma política de gestão do arquivo do Camões, I.P., assegurando o respetivo acesso ao público, nos termos da lei;
- g) Manter os serviços informados sobre a atividade do Camões, I.P.

No QUAR 2018 do Camões, I.P., estas atribuições têm reflexo, sobretudo, no OE1 (implementar medidas de modernização administrativa no âmbito do Programa Simplex+) e OE2 (reforçar a política de planeamento e gestão no quadro da certificação obtida conforme norma ISO 9001).

Para tal, o GDC irá, em 2018, desenvolver a sua atividade de modo a garantir os seguintes objetivos:



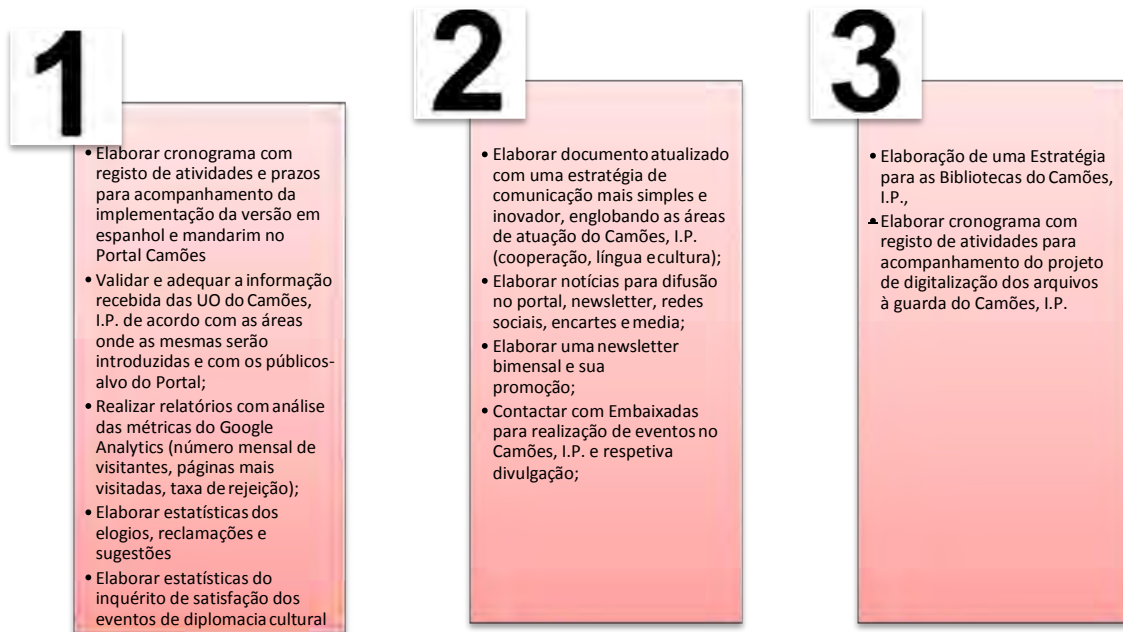
Programas

A operacionalização dos objetivos identificados para o GDC será efetuada através de um conjunto de **três programas** que abrangem como grandes áreas:



Atividades

A concretização dos três programas nas áreas acima identificadas será assegurada por um conjunto de 11 atividades:



Recursos

Os recursos humanos do Gabinete de Documentação e Comunicação são constituídos por 6 elementos (1 dirigente, 2 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional) que se distribuem de acordo com o seguinte quadro:

Vera Sousa	Chefe de Divisão
Rafaela Conceição	Técnico superior
Marisa Costa	Técnico superior
Filomena Silva	Assistente Técnico
António Azevedo	Assistente Técnico
Rogério Nunes	Assistente Operacional

5.7 Gabinete do Conselho Diretivo

O Conselho Diretivo é composto por 4 elementos, sendo apoiado por um secretariado composto por 5 Assistentes Técnicas. O Conselho Diretivo é apoiado por 1 Adjunto que reporta diretamente à Direção do Camões, I.P., estando adstrito a Projetos Especiais. Além disso, funciona junto do Conselho Diretivo a Chefe de Gabinete que tem a seu cargo a preparação e o acompanhamento das reuniões do Conselho Diretivo. A sua composição é a seguinte:

Conselho Diretivo (CD)	
Presidente	Luis Faro Ramos
Vice-Presidente	Gonçalo Teles Gomes
Vogal	Maria Irene Paredes
Vogal	Gabriela Soares de Albergaria
Apoio Técnico	
Técnicas Superiores	Inês Castelo Branco, chefe de Gabinete
	Paula Barros
Apoio Administrativo	
Assistente Técnica	Ana Maria Bonifácio
	Rute Ferreira
	Carla Azevedo Silva
	Maria da Luz Silva
	Carla Sofia Silva

VI. Anexos

Compõem o quadro legal definidor da atuação do Camões, I.P., os seguintes documentos em anexo:

Anexo 1 – QUAR 2018

Anexo 2 – Transformação Digital Camões: Visão de Médio Prazo

Anexo 1 - QUAR

QUAR 2018

Ministério dos Negócios Estrangeiros

CAMÕES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, I. P.

MISSÃO

Propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário.

Objetivos Estratégicos

OE 1: Implementar medidas de modernização administrativa no âmbito do Programa Simplex +

OE 2: Reforçar a política de planeamento e gestão no quadro da certificação obtida conforme norma ISO 9001

OE 3: Reforçar a coordenação dos vários atores da Cooperação Portuguesa, de acordo com as prioridades geográficas e temáticas, a diversidade de fontes de financiamento e as modalidades de execução

OE 4: Fortalecer os mecanismos de gestão centrada nos resultados, nomeadamente na operacionalização dos ODS

OE 5: Promover a valorização da língua e cultura portuguesas, potenciando a articulação de parcerias que permitam o alargamento a novos públicos

Objetivos Operacionais

EFICÁCIA

45,0%

O 1. Promover e acompanhar a implementação internacional dos ODS, nomeadamente através da gestão dos PPA centrada nos resultados OE4

Ponderação: 16,67%

Indicadores	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [1] % de ações/respostas asseguradas face ao planeamento de solicitações/discussões internacionais em matéria de ODS	NA	Em Curso	77,5%	2,5%	80%	38,0%				
Ind [2] % de novos projetos apoiados com identificação dos resultados e ODS face a novos projetos submetidos a financiamento	NA	Em Curso	35,0%	5,0%	45%	15,0%				
Ind [3] Elaboração da proposta de resultados da Linha PED e ED no prazo fixado	NA	NA	120	5	130	47,0%				

O 2. Assegurar um reporte abrangente dos fluxos (públicos e privados) de financiamento ao desenvolvimento (OE4)

Ponderação: 16,7%

Indicadores	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind [4] Resultado da avaliação do CAD/OCDE ao reporte dos dados finais de Portugal	NA	Em Curso	BOM (Notação 4 na escala de 0-5)	0,5	5	100,0%				

O 3. Valorizar a parceria privilegiada com os países da Língua Portuguesa consubstanciada nos PEC, reconhecendo a importância da identidade da Língua, Cultura e matrizes jurídico administrativas (OE4)

Ponderação: 16,67%

Indicadores	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind [5] % do financiamento da atividade Cooperação Internacional (178) alocada aos países de língua portuguesa	NA	Em Curso	72,5%	2,5%	80%	100,0%				

O 4. Promover a formação de formadores e professores de LP e em LP, LS, e de agentes culturais e científicos, enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável (OE4)

Ponderação: 16,67%

Indicadores	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [6] Nº de ações de capacitação e formação na área cultural	NA	NA	22	3	25	50,0%				
Ind.[7] Percentagem de contributos elaborados face às solicitações recebidas	NA	Em Curso	87,5%	5%	100,0%	50,0%				

O5 Potenciar o ensino do português como língua de comunicação internacional, de trabalho e ciência (OE5)

Ponderação: 16,7%

Indicadores	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind.[8] Taxa de projetos em desenvolvimento face às sinergias criadas, propostas internas e solicitações recebidas de instituições estrangeiras	NA	Em Curso	85%	5%	95%	50,0%				
Ind. [9] Taxa de projetos de integração curricular do português como língua estrangeira, em currículos nacionais ou regionais de interesse geoestratégico ou de diásporas de longa implementação	NA	Em Curso	70%	5%	80%	50,0%				

O6 Promover a ação externa nos domínios da cultura e ciência, em articulação com outros organismos (OE 5)

Ponderação: 16,65%

Indicadores	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [10] Taxa de implementação do plano indicativo anual de ação cultural externa definido em articulação com os outros organismos	NA	Em Curso	75%	5%	85,0%	33,3%				
Ind. [11] Taxa de ações realizadas no contexto da internacionalização da língua e cultura portuguesas e da divulgação do conhecimento em língua portuguesa	88%	Em Curso	82,5%	2,5%	90%	33,3%				
Ind. [12] Taxa de crescimento de conteúdos registada em repositório aberto	NA	Em Curso	7,0%	3,0%	15,0%	33,4%				

EFICIÊNCIA										30,0%
O7 Robustecer o papel coordenador do Camões, IP através do reforço da coordenação, da mobilização de novas parcerias, da diversificação das fontes de financiamento e modalidades de execução (OE3)										Ponderação: 33,34%
Indicadores	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [13] N.º de ações de coordenação realizadas	7	Em Curso	5	1	7	20,0%				
Ind. [14] N.º de parcerias propostas, com outros atores de desenvolvimento	NA	NA	2	1	4	25%				
Ind. [15] Grau de cumprimento das recomendações do Exame do CAD/OCDE à Cooperação Portuguesa na esfera da atuação direta da DS	NA	Em Curso	25%	5%	35%	20%				
Ind. [16] % Contributos preparados dentro do horizonte temporal definido no cronograma interno no âmbito do Mid Term Review do CAD/OCDE	NA	Em Curso	72,5%	2,5%	80%	20%				
Ind. [17] N.º de pastas preparadas para apoiar a participação nacional a reuniões de alto nível	NA	NA	12	1	13	15,0%				
O8. Melhorar o desempenho organizacional através do Sistema de Incentivos à Eficiência da Despesa Pública (SIEF) e da Transformação Digital dos Serviços (OE1)										Ponderação : 33,33%
Indicadores	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [18] Redução de custos administrativos assente nas iniciativas SIEF	NA	Em Curso	55.000 €	5.000 €	65.000 €	60,0%				
Ind. [19] Qualidade da oferta dos novos serviços disponibilizados online (Portal de Serviços Camões + acessível)	NA	Em Curso	BOM (Notação 4 na escala de 0-5)	0,5	5	40,0%				

O9 Desenvolver e aplicar sistemas de ensino, avaliação e certificação de competências pedagógicas e didáticas para o ensino/aprendizagem de português (OE5) Ponderação: 33,33%

Indicadores	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [20] Taxa de execução do projeto Certificação da proficiência linguística em PLE/PLS para adultos	NA	NA	60%	5%	70%					

QUALIDADE **25,0%**

O10. Garantir a satisfação dos utilizadores (OE 2) Ponderação: 33,34%

Indicadores	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [21] Nível de satisfação dos utilizadores	4,29	Em Curso	3,50	0.5	5,0	100,0%				

O11. Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores (OE 2) Ponderação: 33,33%

Indicadores	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [22] Taxa de execução do plano de formação aprovado	100,0%	Em Curso	85%	5%	100%	50%				
Ind.[23] Nível de Satisfação dos Colaboradores	3,61	Em Curso	3,50	0,5	5	50%				

O12. Desenvolver um plano de ação para implementação de medidas no âmbito da certificação obtida do Sistema de Gestão da Qualidade, em linha com uma melhoria contínua dos procedimentos, otimizando a eficiência dos recursos internos e externos (OE 2) Ponderação:33,33%

Indicadores	2016	2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind. [24] % de recomendações e oportunidades de melhoria executadas no seguimento de auditoria de acompanhamento de melhoria contínua do SGQ do Camões, I.P (certificado pela ISO 9001)	N.A.	NA	80%	5%	100%	50%				

Ind [25]. Taxa de implementação das ações de mitigação do risco previstas no plano de gestão do risco	87%	NA	80%	5%	100%	50%				
---	-----	----	-----	----	------	-----	--	--	--	--

Recursos Humanos - 2018	Pontos Planeados (iii)	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direção superior	4		
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16		
Técnico Superior (i)	100		
Coordenador Técnico	3		
Assistente Técnico (ii)	44		
Assistente Operacional	6		
TOTAL	173		

(i) Inclui: 2 Especialistas Informática | (ii) Inclui: 3 Técnicos de Informática

Nº de Efetivos no Serviço	31-12-2016	31-12-2017	31-12-2018 (Planeados)
Nº de efetivos a exercer funções no Serviço	154	155 (i)	173

(i) No âmbito do processo de monitorização do mapa de pessoal (entradas /saídas) a 15 de novembro de 2017.

Recursos Financeiros (euros) - 2018	Orçamento	Realizado	Desvio
Orçamento Funcionamento	68.146.478 €		
Aquisição de bens e serviços	8.165.680 €		
Despesas com o Pessoal	34.614.605 €		
Transferências	25.252.908 €		
Outra despesas Correntes	113.285 €		

Investimento	80.000 €		
TOTAL	68.226.478 €		

Indicadores	Fonte de Verificação	Serviço Responsável pela Fonte de Verificação
Ind. [1] % de ações/respostas asseguradas face ao planeamento de solicitações/discussões internacionais em matéria de ODS	Relatórios e contributos vários em matéria de ODS	DSC
Ind [2] % de novos projetos apoiados com identificação dos resultados e ODS face a novos projetos submetidos a financiamento	Mapa de projetos apoiados	DSC
Ind [3] Elaboração da proposta de resultados da Linha PED e ED no prazo fixado	Data de apresentação de proposta	DSC
Ind [4] Resultado da avaliação do CAD/OCDE ao reporte dos dados finais de Portugal	Documento CAD com resultado de avaliação	DSC
Ind [5] % do financiamento da atividade Cooperação Internacional (178) alocada aos países de língua portuguesa	Mapa de distribuição da execução da atividade 178 por país	DSC
Ind. [6] N° de ações de capacitação e formação na área cultural	Relatórios	DSLCL
Ind.[7] Percentagem de contributos elaborados face às solicitações recebidas	Documentação produzida no âmbito das solicitações	DSLCL
Ind.[8] Taxa de projetos em desenvolvimento face às sinergias criadas, propostas internas e solicitações recebidas de instituições estrangeiras	Documentos diversos/Relatórios/Reuniões	DSLCL
Ind. [9] Taxa de projetos de integração curricular do português como língua estrangeira, em currículos nacionais ou regionais de interesse geoestratégico ou de diásporas de longa implementação	Documentos dos projetos, Memorandos	DSLCL

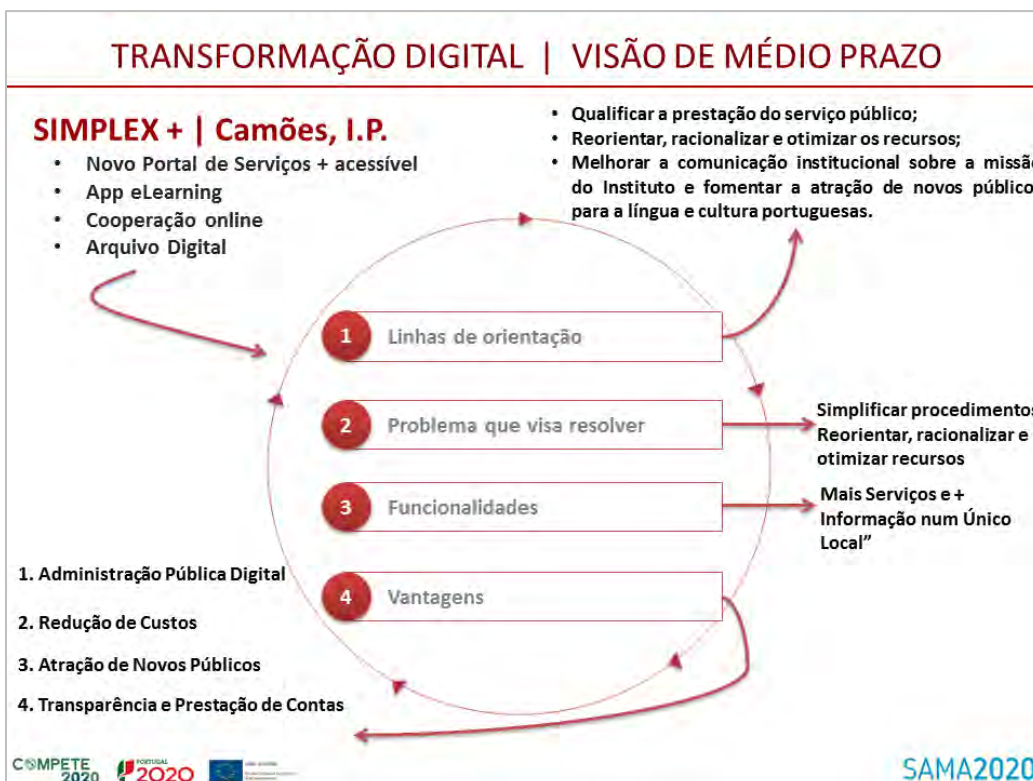
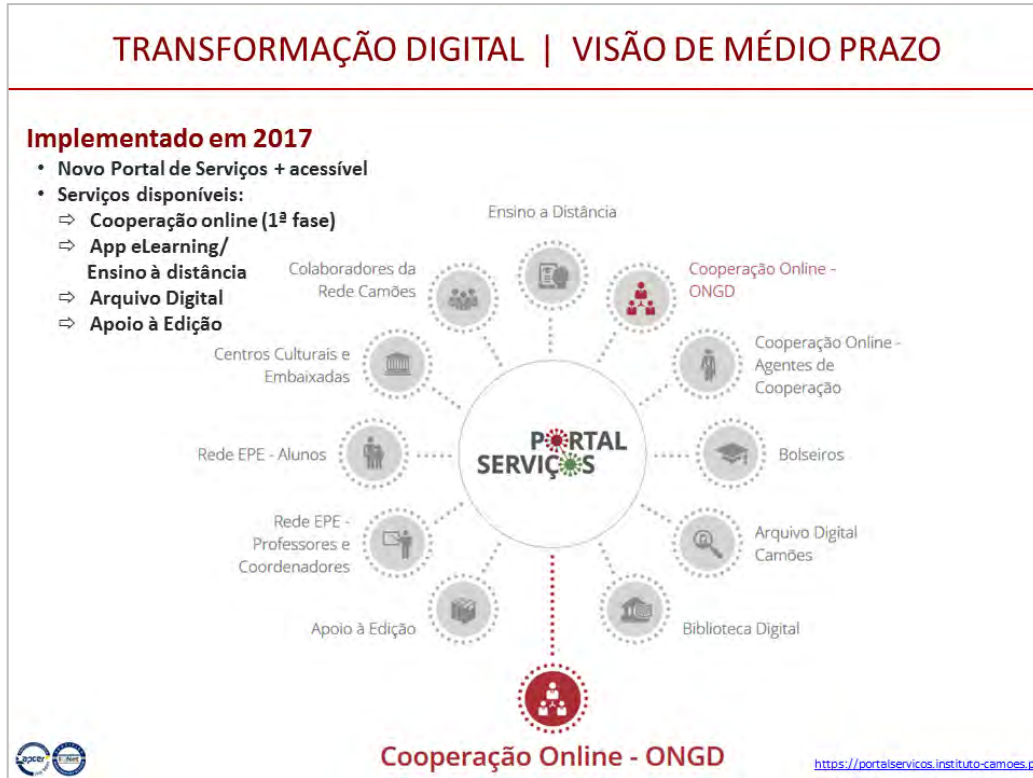
Ind. [10] Taxa de implementação do plano indicativo anual de ação cultural externa definido em articulação com os outros organismos	Plano/Reuniões/Memorandos	DSLCL
Ind. [11] Taxa de ações realizadas no contexto da internacionalização da língua e cultura portuguesas e da divulgação do conhecimento em língua portuguesa	Sistema integrado de Informação/ Telegramas	DSLCL
Ind. [12] Taxa de crescimento de conteúdos registada em repositório aberto	Documentos Diversos/Portal /CVC	DSLCL
Ind. [13] N.º de ações de coordenação realizadas	Lista de ações de coordenação realizadas	DSC
Ind. [14] N.º de parcerias propostas, com outros atores de desenvolvimento	Parcerias Propostas	DSC
Ind. [15] Grau de cumprimento das recomendações do Exame do CAD/OCDE à Cooperação Portuguesa na esfera da atuação direta da DS	Cronograma de acompanhamento	DSC/GAA
Ind. [16] % Contributos preparados dentro do horizonte temporal definido no cronograma interno no âmbito do Mid Term Review do CAD/OCDE	Cronograma de acompanhamento	DSC/GAA
Ind. [17] N.º de pastas preparadas para apoiar a participação nacional a reuniões de alto nível	Pastas Preparadas	DSC
Ind. [18] Redução de custos administrativos assente nas iniciativas SIEF	Cronograma de acompanhamento / GeRFiP	DSPG
Ind. [19] Qualidade da oferta dos novos serviços disponibilizados online (Portal de Serviços Camões + acessível)	Inquéritos de satisfação	DSPG
Ind. [20] Taxa de execução do projeto Certificação da proficiência linguística em PLE/PLS para adultos	Plano de execução do projeto	DSLCL
Ind. [21] Nível de satisfação dos utilizadores	Inquéritos de satisfação	TODAS UO
Ind. [22] Taxa de execução do plano de formação aprovado	Plano de Formação	DSPG
Ind. [23] Nível de Satisfação dos Colaboradores	Questionários de Satisfação	TODAS UO
Ind. [24] % de recomendações e oportunidades de melhoria executadas no seguimento de auditoria de acompanhamento de melhoria contínua do SGQ do Camões, I.P (certificado pela ISO 9001)	Matriz de acompanhamento da implementação das recomendações e oportunidades de melhoria	TODAS UO

Ind [25]. Taxa de implementação das ações de mitigação do risco previstas no plano de gestão do risco

Matriz de acompanhamento da implementação das ações

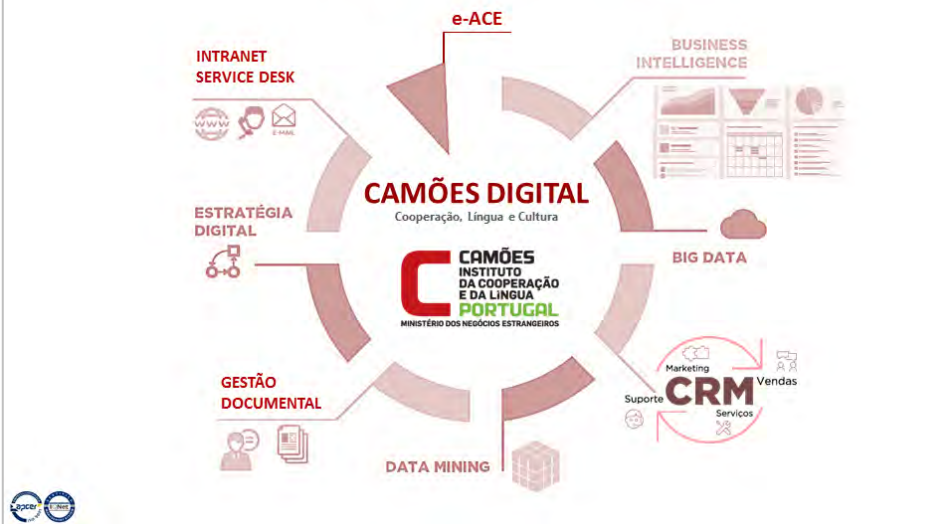
TODAS UO

Anexo 2 – Transformação Digital Camões

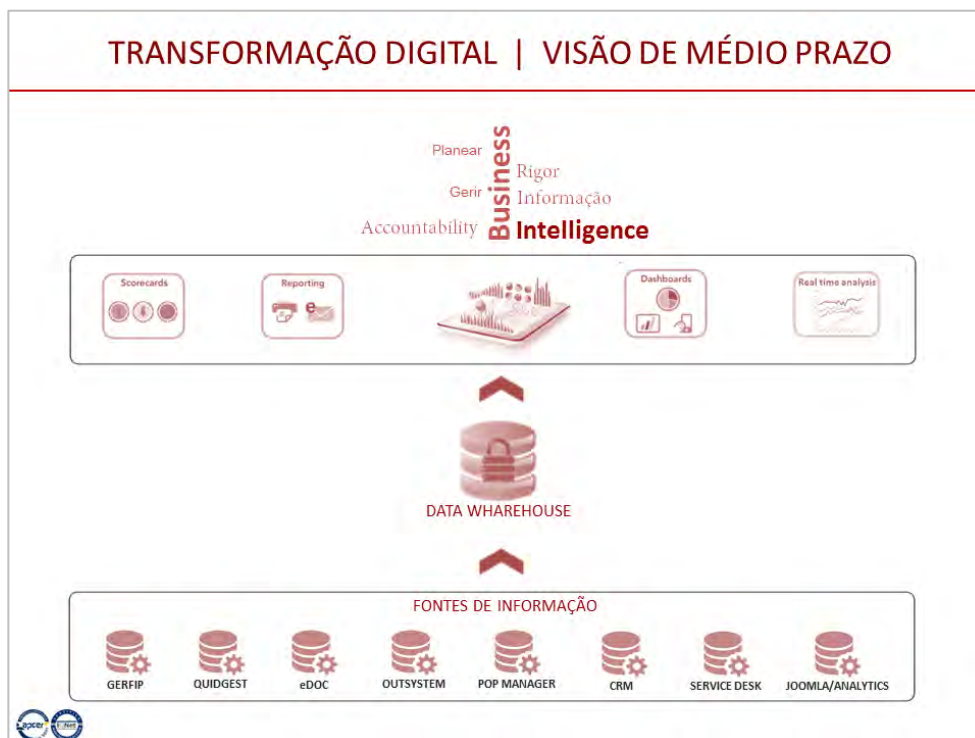


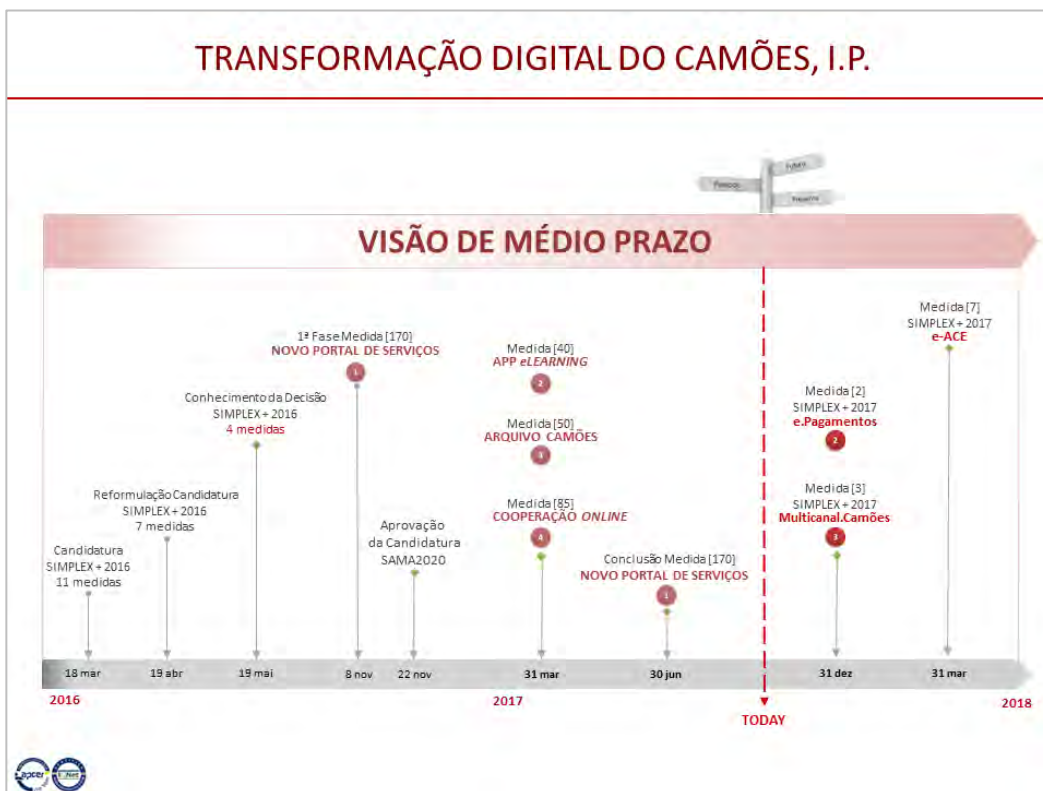
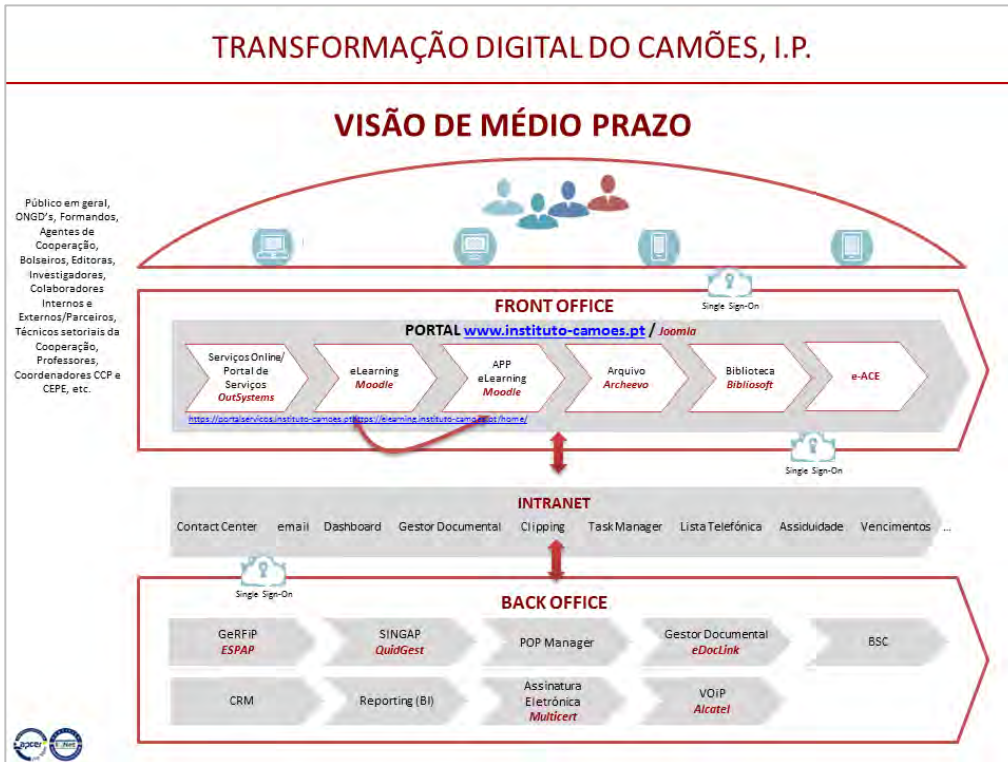
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO CAMÕES, I.P.

VISÃO DE MÉDIO PRAZO



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL | VISÃO DE MÉDIO PRAZO







C CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS